

MENSAGEM N° ⅓¾ /GG

LIDO NO EXPEDIENTE
Em, 27 2000/
Teresina(PI), 2H de 1 10 de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2010."

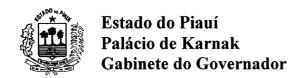
Este Projeto atende ao disposto no art. 178, inciso II, § 2º da Constituição Estadual, bem como ao art. 9º da Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991, e art. 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

As diretrizes consignadas no Projeto de Lei em referência visam regular o processo de elaboração e execução do Orçamento de 2010, constituindo-se em um poderoso instrumento de planejamento governamental e fornecendo subsídios para a avaliação da execução orçamentária.

Considerando a relevância da matéria para o planejamento governamental, solicito aos membros dessa augusta Casa especial atenção na sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na célere aprovação do Projeto de Lei que ora submeto a esse egrégio Poder.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí
NESTA CAPITAL



#### ANEXO II - METAS FISCAIS

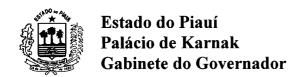
#### PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Demonstrativo VI.1 - LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a;' Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANC DO
ANO	<b>PREVIDENCIÁRIAS</b>	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	EXERCICIO (d)
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	= "d" exercício anterior
2009	341.425	769.436	-428.011	-428.011
2010	341.531	760.852	-419.321	-847.332
2011	342.942	765.059	-422.117	-1.269.449
2012	345.103	777.462	-432.359	-1.701.808
2013	347.743	794.986	-447.244	-2.149.051
2014	350.282	811.677	-461.394	-2.610.446
2015	352.522	826.058	-473.536	-3.083.982
2016	354.377	836.893	-482.515	-3.566.497
2017	356.117	846.768	-490.652	-4.057.149
2018	357.803	856.455	-498.652	-4.555.801
2019	359.877	869.093	-509.216	-5.065.016
2020	362.195	884.030	-521.835	-5.586.851
2021	364.262	896.535	-532.274	-6.119.124
2022	365.442	901.957	-536.515	-6.655.639
2023	366.538	907.146	-540.609	-7.196.248
2024	367.408	910.628	-543.220	-7.739.468
2025	368.276	914.248	-545.971	-8.285.439
2026	368.706	913.693	-544.988	-8.830.427
2027	368.785	910.456	-541.671	-9.372.098
2028	368.811	906.318	-537.508	-9.909.605
2029	369.625	907.340	-537.716	-10.447.321
2030	370.629	912.210	-541.581	-10.988.902
2031	370.917	913.021	-542.104	-11.531.005
2032	371.849	917.826	-545.977	-12.076.982
2033	372.009	919.092	-547.084	-12.624.066
2034	371.548	915.372	-543.824	-13.167.891
2035	371.594	913.665	-542.071	-13.709.962
2036	371.293	910.921	-539.628	-14.249.589
2037	371.384	911.165	-539.781	-14.789.370
2038	371.214	911.334	-540.120	-15.329.490
2039	371.715	916.462	-544.747	-15.874.237
2040	372.204	923.721	-551.516	-16.425.753
2041	371.759	926.576	-554.817	-16.980.570
2042	370.715	924.169	-553.454	-17.534.024

FONTE: IAPEP E PEM CAIXA DA GAPEV..





ANEXO II - METAS FISCAIS

# Demonstrativo VII Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Art. 4º, § 2º, Inciso V da LC nº 101, de 04/05/2000)

#### **MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

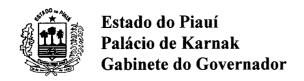
As desonerações fiscais decorrem essencialmente da política tributária implementada pelo Governo Estadual, consoante leis próprias e Convênios firmados com as demais Unidades Federadas, objetivando os seguintes pontos básicos: a proteção ao mercado interno de oferta de mercadorias, a ampliação da oferta de emprego e geração de renda.

Para formação da poupança interna, o Estado cria mecanismos tributários que visam atrair empresas obrigando-se, para tanto, a abdicar de parcela de receita potencial ou real. Por outro lado, outros compromissos decorrentes da política social do Governo precisam ser cumpridos dentro da execução orçamentária, fazendo-se necessário que se busque opções concretas de aumento de receitas tributárias que compensem as perdas verificadas em cada exercício.

Cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal são apresentados, a seguir, as medidas compensatórias da renúncia fiscal projetada, bem assim o seu impacto nas receitas do Estado estimadas para o exercício de 2010:

- a) Implantação do Sistema Corporativo: com o novo sistema de informática, os controles fiscais serão modernizados, a exemplo da instituição da Nota Fiscal Eletrônica e da Declaração de Informações Econômico-Fiscais-DIEF, bem como no que se refere ao acompanhamento em tempo real da arrecadação e do conta-corrente;
- b) **Revisão das margens de agregação**: adequação das margens de agregação fixadas na legislação tributária às mudanças de mercado;
- c) **Revisão de Benefícios Fiscais Comércio**: adequação da carga tributária incidente sobre mercadorias que estão em desarmonia com o mercado;
- d) **Ampliação da Substituição Tributária**: a Substituição Tributária vem se tornando um mecanismo seguro de recebimento de receitas; a inclusão de novas mercadorias com difícil perfil de ação fiscal, implicará em menor custo de fiscalização e agilizará o recebimento dessa receita;
- e) Ampliação da Antecipação Parcial do ICMS: a Antecipação Parcial representa uma modalidade importante de obtenção de receita sem implicar em impacto negativo para o contribuinte. Esta ampliação compreende a criação de um percentual adicional, ainda que de valor diminuto;
- f) Intensificar a Fiscalização Itinerante: importante instrumento de ação fiscal, a fiscalização itinerante tem como principais objetivos a educação fiscal e o consequente incremento da receita do ICMS. Serão mantidas 18 equipes

las



de agentes fazendários que terão como meta elevar em 20% a arrecadação direta;

- g) Aumentar em 20% o número de Contribuintes sob Ação Fiscal: este instrumento tem potencial elevado de arrecadação que tem se confirmado nas auditorias realizadas e será utilizado baseado em critérios técnicos tais como: atividade econômica, porte do contribuinte, bem como prática contumaz de irregularidades;
- h) Monitorar Contribuintes que utilizam o PED (Processamento Eletrônico de Dados) com emissão de Notas Fiscais: mais um poderoso instrumento de ação fiscal proporcionado pela modernização tecnológica em curso na Secretaria da Fazenda do Estado, que permitirá um controle mais efetivo das operações realizadas pelos contribuintes;
- i) Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED Fiscal ):
   Outro instrumento de controle que contribuirá de forma efetiva no incremento das Receitas Tributárias.

#### ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Demonstrativo VII - Art. 4º, § 2º, Inciso V da LC nº 101, de 04/05/2000

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/	RENÚNCIA I	DE RECEITA I	PREVISTA	COMPENSAÇÃO
	MODALIDADE	BENEFICIÁRIO	2010	2011	2012	COMPENSAÇÃO
		AGRICULTURA E PECUÁRIA	25.009	26.259	27.572	Detalhamento
IMPOSTO	ICMS	INDÚSTRIA	100.036	105.038	110.290	
105.0		COMÉRCIO	41.682	43.766	45.954	
	IPVA	Contribuintes Diversos	4.766	5.004	5.255	
TOTAL			171.493	180.068	189.071	-

Fonte: SEFAZ / COEFI / SIATI.

#### **MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PARA 2010**

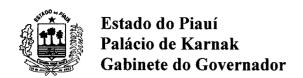
R\$ milhares

	Ka Hilliales
ESPECIFICAÇÃO	VALOR MİNIMO
1.0 - Controles Administrativos	57.759
1.1 - Implantação do Sistema Corporativo ( SIAT )	57.759
2.0 - Administração Tributaria	75.577
2.1 - Revisão das Margens de Agregação	13.685
2.2 - Revisão de Benefícios Fiscais - Comércio	20.065
2.3 - Ampliação da Substituição Tributária do ICMS	18.744
2.4 - Ampliação da Antecipação Parcial do ICMS	23.083
3.0 - Ações de Fiscalização	38.157
3.1 - Intensificação da Fiscalização Itinerante	9.725
3.2 - Aumento do nº de Contribuintes sob Ação de Fiscalização 3.3 - Monitoramento de Contribuintes que utilizam o PED ( * ) - Sintegra e	
Nota Fiscal Eletrônica	6.911
TOTAL	171.493

( \* ) PED - Processamento Eletrônico de Dados

FONTE: SEFAZ-PI / Unidade de Administração Tributária-UNATRI





#### ANEXO II - METAS FISCAIS

# Demonstrativo VIII Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Art. 4°, § 2°, Inciso V da LC n° 101, de 04/05/2000)

A estimativa da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado é requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, para assegurar que não haverá criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas estas como aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.

O artigo 17 da LRF, em seu caput, define como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. De outra parte, considera-se aumento permanente de receita aquele proveniente de elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF).

A presente estimativa está ancorada na ampliação da base de cálculo do ICMS e da Cota-Parte do FPE em 6,5% levou em consideração o crescimento real do Produto Interno Bruto-PIB do Estado, estimado em 3,50% para o período, e, especialmente, a implantação do Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT, que possibilitará a execução, o acompanhamento e o controle da ação fiscal e tributária via on-line, inclusive o monitoramento de empresas sob ação fiscal. Este poderoso e eficaz instrumento, em franca operacionalização no corrente ano, seguramente afetará muito positivamente a receita própria do Estado.

Assim, considerando-se algumas novas despesas específicas, a margem líquida de expansão estimada é da ordem de R\$ 21,54 milhões, conforme demonstrativo a seguir:

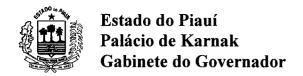
Demonstrativo VIII - LRF, art.4°, §2°, inciso V, Portaria STN N° 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

	R\$ 1,00
EVENTOS	VALOR PREVISTO - 2010
Aumento Permanente da Receita (*)	213.155.201
(-) Transferências Constitucionais	17.041.882
(-) Transferências ao FUNDEB	27.447.928
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	168.665.391
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	168.665.391
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	147.128.437
Impacto do aumento do Salário Mínimo	15.600.000
Reajsutes salariais / Promoções	50.000.000
Planos de Cargos, Carreiras e Salários	63.000.000
Novas contratações de Pessoal	15.000.000
Manutenção e custeio de novos equipamentos	3.528.437
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	21.536.954

FONTE: SEFAZ-PI / Coordenação de Estudos Econômico Fiscais-COEFI e SEAD-PI / Unidade de Gestão de Pessoas

Nota: (\*) ampliação da base de cálculo do ICMS e da Cota-Parte do FPE em 6,50%





#### ANEXO III - RISCOS FISCAIS

#### **Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**

(Art. 4°, § 3°, da LC n° 101, de 04/05/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais são a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos orçamentários referem-se a frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição da atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outros.

Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vincendas.

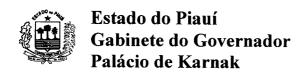
Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$ 42,30 milhões para o exercício de 2010, conforme demonstrativo que segue:

LRF, art.4°, §3°, Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	R\$ 1,00
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Estiagem prolongada e enchentes	12.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contigência	18.000
Condenações Judiciais	300		
Pagamento de Juros da dívida maior que o orçado	30.000	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de despesas discricionárias	24.300
TOTAL	42.300	TOTAL	42.300

FONTE: SEFAZ-PI / Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais - COEFI

M



MENSAGEM N° ⅓¾ /GG

LIDO NO EXPEDIENTE
Em, 27 2000/
Teresina(PI), 2H de 1 10 de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2010."

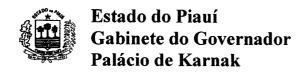
Este Projeto atende ao disposto no art. 178, inciso II, § 2º da Constituição Estadual, bem como ao art. 9º da Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991, e art. 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

As diretrizes consignadas no Projeto de Lei em referência visam regular o processo de elaboração e execução do Orçamento de 2010, constituindo-se em um poderoso instrumento de planejamento governamental e fornecendo subsídios para a avaliação da execução orçamentária.

Considerando a relevância da matéria para o planejamento governamental, solicito aos membros dessa augusta Casa especial atenção na sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na célere aprovação do Projeto de Lei que ora submeto a esse egrégio Poder.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí
NESTA CAPITAL



PROJETO DE LEI № 🔏

, DE 2H DE

**DE 2009** 

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010

LIDO NO SEPED

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Em atendimento ao disposto no art. 178, inciso II, § 2º, da Constituição Estadual, e em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 05, de 12 de julho de 1991, esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Estadual;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

 III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;

IV – as disposições relativas à política de pessoal;

V – as disposições sobre as transferências voluntárias;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária estadual;

VII – as disposições gerais;

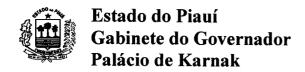
VIII – os anexos de metas fiscais e riscos fiscais.

Parágrafo único. As metas fiscais, estabelecidas em anexo desta Lei, poderão ser ajustadas pelo Poder Executivo no Projeto da Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, que o comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e despesas indica a necessidade de revisão.

#### CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As ações prioritárias da Administração Pública Estadual para o exercício de 2010 serão vinculadas às linhas de ação a seguir discriminadas:

- I Dimensão Social
- a) Reduzir as desigualdades sociais;
- b) Fortalecer a cidadania;
- c) Promover a segurança pública.
- II Dimensão Econômica:
- a) Ampliar a infra-estrutura de suporte ao desenvolvimento;
- b) Promover o crescimento econômico diversificado;
- c) Estimular a geração de trabalho e renda.
- III Dimensão Ambiental:
- a) Promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais;



- b) Fortalecer a gestão ambiental
- IV Dimensão Institucional:
- a) Democratizar a gestão pública;
- b) Adotar uma gestão orientada para o cidadão.

Art. 3º A Lei Orçamentária para o exercício de 2010, compreendendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas controladas pelo Estado, será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e sua execução observará os objetivos, prioridades e metas definidos no Plano Plurianual para o período 2008 – 2011, considerando as alterações resultantes de sua revisão prevista para o corrente ano.

Parágrafo único. Os programas e ações incluídos no PPA 2008-2011 por ocasião da revisão citada no caput, passarão a integrar o Anexo de Prioridades e Metas desta lei e serão apresentados em demonstrativo específico.

#### CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I programa, instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual e em suas atualizações;
- II atividade, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III projeto, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
- IV operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, nem geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- § 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- § 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.
- Art 5º Na lei orçamentária, a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos.
- § 1º A especificação das categorias econômicas e grupos de natureza de despesa de que trata este artigo, observará o seguinte detalhamento:
  - 3 DESPESAS CORRENTES
    - 3.1 Pessoal e Encargos Sociais:
    - 3.2 Juros e Encargos da Dívida;
    - 3.3 Outras Despesas Correntes.



#### 4 - DESPESAS DE CAPITAL

- 4.4 Investimentos;
- 4.5 Inversões Financeiras;
- 4.6 Amortização da Dívida.
- § 2º A Reserva de Contingência de que trata o art. 44 desta Lei será identificada pelo dígito '9', no que se refere o grupo de natureza de despesa.
- Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social devem compreender a programação dos Poderes do Estado, Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária, a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa no prazo definido pela Lei Complementar Estadual nº 05, de 12 de julho de 1991, será constituído de:
  - I Mensagem;
  - II Texto do Projeto de Lei;
- III Anexo I Demonstrativo da Compatibilidade entre os orçamentos e as metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010;
  - IV Anexo II Quadros Consolidados

Parágrafo único. Os quadros consolidados de que trata o inciso III, do caput deste artigo, se referem às seguintes informações:

- a) demonstrativo das receitas e despesas por categoria econômica;
- b) quadro do impacto sobre as Receitas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza fiscal;
- c) compensação da renúncia da receita;
- d) margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado:
- e) demonstrativo da dívida pública contratual:
- f) estoque da dívida financeira do Estado:
- V Anexo III Das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, composto pelos seguintes demonstrativos:
  - a) legislação da receita:
  - b) resumo geral da receita segundo as categorias econômicas, natureza e fontes;
  - c) receita corrente líquida;
  - d) receita líquida de impostos e transferências:
  - e) evolução da receita por categoria econômica;
- VI Anexo IV Da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo os demonstrativos abaixo especificados:
  - a) evolução da despesa por categoria econômica;
  - b) aplicação de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 224 da Constituição Estadual;
  - c) programação referente ao atendimento da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000;

ay

- d) resumo geral da despesa referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- e) despesa por fonte de recursos e categoria econômica;
- f) despesa por função, desdobrada nos orçamentos fiscal e de seguridade social;
- g) despesa por função, desdobrada em projetos e atividades;
- h) despesa por função, sub-função e programa, desdobrada em recursos do tesouro e outras fontes;
- i) despesa por poder e órgão, desdobrada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, por categoria econômica;
- j) despesa por poder, órgão e unidade orçamentária, desdobrada em recursos do tesouro e outras fontes;
- k) despesa por órgão e função;
- 1) recursos destinados a investimentos, por órgãos.

VII – Anexo V - Despesa por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária, segundo categoria de programação, esfera orçamentária, fonte de recursos, grupos de despesas.

VIII – Anexo VI - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

#### CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 8º As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público devem ser apresentadas à Secretaria de Planejamento, até o dia 20 de agosto de 2009, para a consolidação do Orçamento do Estado, observados os seguintes limites percentuais da Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT, definida no Parágrafo único deste artigo:

- I-7,63% (sete vírgula sessenta e três por cento) destinados ao Poder Legislativo, assim composto:
  - a) 5,96% (cinco vírgula noventa e seis por cento) para a Assembléia Legislativa;
  - b) 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) para o Tribunal de Contas do Estado;
- II 7,88% (sete vírgula oitenta e oito por cento) destinados ao Poder Judiciário;
- III 2,71% (dois vírgula setenta e um por cento) destinados ao Ministério Público.

Parágrafo único – A Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT é composta pelo somatório das Receitas de Impostos Estaduais (ICMS, IPVA e ITCD) acrescidas das Transferências Constitucionais Recebidas da União (FPE, IRRF, ICMS Desoneração - LC 87/96 e IPI Exportação) e da Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, deduzidas as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Contribuições do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.



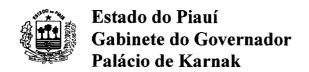
# CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

- Art. 9º O Orçamento Geral do Estado obedecerá ao princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, segundo o qual a despesa fixada é igual à receita estimada.
- Art. 10. A Secretaria do Planejamento estabelecerá, em conformidade com esta Lei, os códigos a serem utilizados, bem como as normas operacionais a serem respeitadas no processo de elaboração da proposta orçamentária de 2010.

Parágrafo único. Para fins de identificação de recursos, o Poder Executivo poderá criar novas fontes de receitas durante a execução orçamentária, desde que de acordo com a legislação pertinente.

- Art. 11. A Secretaria do Planejamento, com base na estimativa da receita, efetuada em conjunto com a Secretaria da Fazenda, e tendo em vista o equilíbrio fiscal do Estado, estabelecerá o limite global máximo para a elaboração da proposta orçamentária de cada órgão da administração direta e indireta do Poder Executivo, inclusive seus fundos.
- Art. 12. A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal.
- Art. 13. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve conter as receitas e despesas orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2009, podendo ser atualizados durante a execução orçamentária, pela aplicação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.
- Art. 14. Respeitadas as disposições previstas em legislação específica, as receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, sociedades de economia mista, empresas públicas em que o Estado, direta e indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, somente poderão ser programadas para investimentos ou inversões financeiras, após o atendimento integral das necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à destinação de contrapartida das operações de créditos.
- Art. 15. Até sessenta dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda, em metas bimestrais de arrecadação.
- Art. 16. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e nos seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas a entidades privadas sem fins lucrativos, dotadas de atividades de natureza continuada que prestem atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação.





Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2009, além da apresentação de:

- I cópia da lei que reconhece a entidade como sendo de utilidade pública,
   devidamente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Piauí;
- II cópia autenticada da ata da última eleição e cópia autenticada da posse da diretoria em exercício;
- III declaração do Tribunal de Contas do Estado do Piauí comprovando adimplência quanto à prestação de contas de recursos recebidos do Tesouro Estadual.
- Art. 17. As operações de crédito interno e externo de responsabilidade do Estado e de suas autarquias e fundações observarão, quanto aos limites dos serviços da dívida, o disposto na legislação federal aplicável à espécie.
- Art. 18. Os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.
- Art. 19. A Procuradoria-Geral do Estado, até o dia 01 de julho de 2009, encaminhará à Secretaria da Fazenda a relação de precatórios judiciais referentes ao Poder Executivo, à Comissão de Controle e Fiscalização, Finanças e Tributação e aos órgãos ou entidades devedoras, a relação dos débitos a serem incluídos na proposta orçamentária de 2010, discriminada por órgão da Administração Direta, autarquia ou fundação, especificando:

I – Número do precatório;

II – número do processo;

III – data de expedição do precatório;

IV – nome do beneficiário;

V – tipo de causa julgada;

VI – valor do precatório a ser pago;

VII – data do trânsito em julgado;

VIII – unidade ou órgão responsável pelo débito.

Parágrafo único. A destinação dos recursos para o pagamento dos débitos referidos neste artigo não poderão ser destinados ou cancelados para outras finalidades.

- Art. 20. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta lei, a lei orçamentária e as de créditos adicionais somente incluirão novos programas se:
- I tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e atividades em andamento;
- $\mathrm{II}$  for previamente comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira:
- III os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;
- IV tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Para fins de aplicação no disposto no caput deste artigo, não serão considerados projeto e atividade com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores, e serão entendidas como Projeto/Atividade em andamento aqueles cuja execução financeira, até 27 de junho de 2009, ultrapassa vinte por cento do seu custo estimado.

- Art. 21. Na programação de investimentos da administração direta e indireta, a alocação de recursos para os projetos em execução terá preferência sobre os novos projetos.
  - Art. 22. Na programação da despesa não poderão ser:
- I fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas unidades executoras;
  - II incluídos os projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III incluídas despesas a título de Investimento de Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos na forma do art. 180, § 3°, da Constituição Estadual.

#### Art. 23. São vedados:

- I o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual ou em Lei específica que autorize a sua inclusão;
- ${
  m II}$  a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- ${
  m III}$  a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- IV a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas:
- a) a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 172 da Constituição Estadual;
- b) a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212 da Constituição Federal;
- c) a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 178, § 8º da Constituição Estadual, e as que tenham como objetivo específico o refinanciamento da dívida pública do Estado.
- d) a destinação de recursos a fundo de combate à pobreza, de acordo com o art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e com a Lei Estadual nº 5.622, de 28 de dezembro de 2006.
- V-a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
  - VII a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 178, § 5º da Constituição Estadual;

- IX a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- § 1º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.
- § 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 75, §§ 3º e 4º, da Constituição Estadual.
- Art. 24. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:
  - I − à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
  - II à participação em constituição ou aumento de capital de empresas:
- III ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão da unidade orçamentária responsável pelo débito;
  - IV às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e
- V ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.
- Art. 25. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contará, entre outros, com recursos provenientes:
- I receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;
  - II outras receitas do Tesouro Estadual;
- III convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social;
- IV aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
  - V transferências da União para este fim;
  - VI contribuições previdenciárias dos servidores na ativa.
- Art. 26. O orçamento de investimento, previsto no art. 178, § 5°, inciso II, da Constituição Estadual, será apresentado para cada empresa pública e sociedade de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, independentemente de constar ou não do orçamento fiscal, e será detalhado segundo a classificação funcional, em nível de projeto e atividade.
- § 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.
- § 2° O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referido neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:
  - I gerados pela empresa:
  - II oriundos de transferências do Estado;
  - III oriundos de operações de crédito externas;

- IV oriundos de operações de crédito internas;
- V decorrentes de participação acionária do Estado; e
- VI de outras origens.
- § 3º As empresas cuja programação conste integralmente no orçamento fiscal ou no orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento das estatais.
- Art. 27. As empresas integrantes do orçamento de investimentos aplicarão, no que couber, as normas gerais estabelecidas na Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, inclusive para fins de consolidação dos orçamentos e da prestação das contas da Administração Pública Estadual.

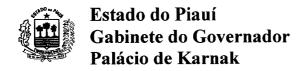
#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

- Art. 28. Caso seja necessária a adoção de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9° da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000, esta será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público do Estado no Orçamento, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.
- § 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo expedirá comunicado aos demais Poderes e ao Ministério Público do Estado, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.
- § 2º Os Poderes e o Ministério Público, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão até o fim do mês subseqüente ao bimestre em questão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do caput, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA DE PESSOAL

- Art. 29. As despesas totais com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão exceder os percentuais previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a seguir especificados:
  - I 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, conforme abaixo:
    - a) 2% (dois por cento) para a Assembléia Legislativa;
    - b) 1% (um por cento) para o Tribunal de Contas.
  - II 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário;
  - III 2% (dois por cento) para o Ministério Público;
  - IV 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo.
- § 1º A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no caput deste artigo será realizada ao final de cada quadrimestre.
- § 2º As propostas orçamentárias referentes ao grupo pessoal e encargos sociais serão calculadas com base na despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2009,





projetada para o exercício de 2010, considerados eventuais acréscimos gerais, alterações de planos de carreiras e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 30. Para fins de atendimento ao disposto no art.182 da Constituição Estadual, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, conforme lei específica, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para fins de comprovação do atendimento dos limites referidos no caput, o Poder Legislativo, nele compreendidos a Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público enviarão à Secretaria do Planejamento demonstrativo das modificações de que trata o caput deste artigo, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31. No exercício de 2010, mediante estrita observância dos dispositivos legais e constitucionais, independentemente dos previstos em anexo, somente poderão ser realizados concursos públicos ou admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher;

 II – houver prévia dotação orçamentária e recursos suficientes para o atendimento integral da despesa;

III – forem atendidas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 32. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os municípios, mediante contrato, convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres, ressalvadas as repartições de receitas tributárias e as destinadas a atender casos de calamidade pública, legalmente reconhecidos por ato do Governador do Estado, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1°, incisos e alíneas, do Art. 25, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. A propositura e assinatura de qualquer contrato, convênio, acordo ou instrumento congênere para obtenção de recursos da União, ou de outro ente da federação, e de financiamentos nacionais ou internacionais, deverá sempre ser precedida de comprovação dos recursos orçamentários e financeiros referentes à contrapartida, pelas Secretarias de Estado do Planejamento e da Fazenda, respectivamente.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante a assinatura do competente instrumento, observado o limite de suplementação autorizado na lei orçamentária.



#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Art. 34. O Poder Executivo, se verificada a necessidade ou a conveniência administrativa, poderá enviar à Assembléia Legislativa, antes do encerramento do exercício financeiro de 2009, projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente no tocante a:
- I revisão da legislação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, inclusive quanto à alteração de alíquotas, visando estabelecer critérios de seletividade compatíveis com a essencialidade das mercadorias;
- II revisão da legislação da microempresa, com vistas à simplificação do regime de tributação a que a mesma está subordinada;
- III revisão da legislação do imposto sobre propriedade de veículos automotores, com vistas à sua atualização;
  - IV revisão da legislação sobre taxas estaduais.
- Art. 35. Na hipótese de alteração na legislação tributária em vigor, posteriores ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, fica o Poder Executivo autorizado a adotar providências necessárias para adequá-la às novas exigências do ordenamento legal, notadamente, no que se refere à estimativa da receita.

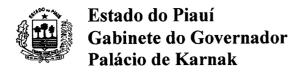
#### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. A Secretaria do Planejamento, no prazo de até trinta dias contados da publicação da Lei Orçamentária Anual, disponibilizará no sistema utilizado para o controle dos registros contábeis do Estado o detalhamento da despesa no menor nível de programação, isto é, elementos de despesa, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos.

Parágrafo único. As alterações orçamentárias que não implicarem em créditos adicionais, ou seja, mudanças na categoria de programação aprovada pela Assembléia Legislativa, serão implementadas pela Secretaria do Planejamento, a partir de solicitação dos órgãos, e automaticamente cadastradas no sistema utilizado para o controle dos registros contábeis do Estado.

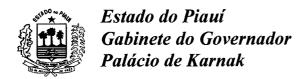
- Art. 37. As alterações no Orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, inclusive as que se referem o artigo anterior, serão realizadas mediante solicitação à Secretaria do Planejamento, que analisará o conteúdo programático e a técnica orçamentária e dará o encaminhamento adequado.
- Art. 38. Todos os órgãos e entidades da administração pública estadual deverão fazer constar de sua proposta orçamentária, se for o caso, a previsão de recursos a serem por eles arrecadados.
- § 1º Os recursos arrecadados por quaisquer órgãos e entidades da administração pública estadual deverão, obrigatoriamente, transitar pela conta única do

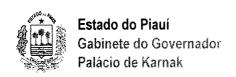
2



Estado, salvo quando se tratar de órgãos e entidades cuja arrecadação de receita que por força de lei tenha tratamento diferente.

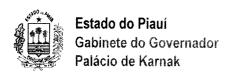
- § 2º As receitas correspondentes, inclusive de fundos, serão ainda devidamente classificadas e contabilizadas no sistema utilizado para o registro contábil do Estado.
- Art. 39. Os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, enviarão à Secretaria do Planejamento, à Secretaria de Fazenda e à Assembléia Legislativa, até o dia trinta do mês seguinte, cópias do quadro demonstrativo da execução orçamentária, da relação de empenhos emitidos e da ficha de registros de movimentação bancária, para fins de controle da execução financeira e orçamentária do Estado
- Art. 40. Caso o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2009, a programação financeira e orçamentária será executada conforme a Lei Orçamentária Anual de 2009.
- Art. 41. O Poder Executivo disponibilizará, inclusive por meios eletrônicos, o Plano Plurianual PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária LDO e a Lei Orçamentária Anual LOA, bem como as prestações de contas consolidadas anualmente apuradas no respectivo Balanço Geral do Estado, e os relatórios resumidos da execução orçamentária e o de gestão fiscal.
- Art. 42. O Poder Executivo, através da Secretaria do Planejamento, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2010, realizará audiências públicas para analisá-lo, e a Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, até dez dias após o recebimento do aludido projeto, realizará audiências públicas, visando amplo debate da matéria, com a participação aberta aos cidadãos da sociedade civil piauiense.
- Art. 43. A fim de subsidiar as propostas orçamentárias dos órgãos e entes integrantes da Administração Pública Estadual, direta, indireta e fundacional, mormente no que tange à observância dos percentuais aplicáveis às despesas com pessoal e encargos sociais, o Poder Executivo colocará à disposição dos interessados, inclusive por meio eletrônico, até 31 de julho de 2009, os estudos e as respectivas memórias de cálculos elaborados sobre as estimativas das receitas do Estado, inclusive a receita corrente líquida e a receita líquida de impostos e transferências, referentes ao exercício de 2010.
- Art.44. A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2010, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5°, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como para atender às despesas não previstas ou com dotação insuficiente para pessoal e encargos sociais.
- Art. 45. Os créditos suplementares que vierem a ser abertos por decreto do Poder Executivo para suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a pessoal, inativos e pensionistas, encargos sociais, precatórios judiciais, despesas de exercícios anteriores e juros, encargos e amortização da dívida não onerarão o limite autorizado na lei orçamentária.





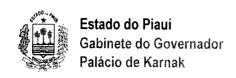
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	MET	
OROAO / FROSINIIA / AGAO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
PODER LEGISLATIVO		
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA		
01 – PROCESSO LEGISLATIVO		
CRECHE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (SERVIDORES E DEPENDENTES)	UNIDADE	01
ESCOLA LEGISLATIVA	UNIDADE	01
CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO MÉDICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	UNIDADE	01
AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DO SINAL DA TV ASSEMBLÉIA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE		
UM ESTÚDIO	ESTÚDIO	01
CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA UNIVERSIDADE DO PARLAMENTO	UNIDADE	01
AQUISIÇÃO DE UM PLACAR ELETRÔNICO	UNIDADE	01
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		
02 – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA		
CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE CONTAS	UNIDADE	01
INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DO TCE - FISCALIZAÇÃO/TREINAMENTO	UNIDADE	52
FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA OUVIDORIA	UNIDADE	01
MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS / FMTC	PERCENTUAL	70
CONCURSO PÚBLICO	VAGA	10
PODER JUDICIÁRIO		
03 – PROCESSO JUDICIÁRIO		
CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO	VAGA	20
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE CARREIRA DE SERVIDORES	VAGA	250
PAGAMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL (URV) DE MAGISTRADOS E SERVIDORES	PESSOA	2.632
INSTALAÇÃO DE NOVAS COMARCAS	UNIDADE	05
INSTALAÇÃO DE NOVAS VARAS JUDICIÁRIAS NAS COMARCAS DA CAPITAL E INTERIOR	UNIDADE	10
REFORMÁ E AMPLIAÇÃO DE FORUNS, JUIZADOS (CAPITAL E INTERIOR), PRÉDIO SEDE- ANEXO	UNIDADE	30
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM CÍVIL E CRIMINAL DE TERESINA	PERCENTUAL	100
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES (QUALIFICAÇÃO, RECICLAGEM E ATUALIZAÇÃO)	PESSOA	200
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PROGRAMAS DE SOFTWARES - (PRODAJUS), MÓVEIS, UTENSÍLIOS E MÁQUINAS DO SETOR GRÁFICO	PERCENTUAL	50
CONSTRUÇÃO DE FORUNS E JUIZADOS ESPECIAIS	UNIDADE	15
PODER EXECUTIVO		<u></u>
MINISTÉRIO PÚBLICO 03 – PROCESSO JUDICIÁRIO		
CONSTRUIR E EQUIPAR PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA CAPITAL E NO INTERIOR	PROMOTORIA	10
RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	VEÍCULO	05
INSTALAÇÃO DE PROCONS NAS COMARCAS DO INTERIOR	UNIDADE	04
05 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	ONDADE	
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOTOR SUBSTITUTO E SERVIDORES		
ADMINISTRATIVO	CONCURSO	01
07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
CAPACITAÇÃO DOS PROMOTORES E PESSOAL DE APOIO	PESSOA	100
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PERCENTUAL	70
GOVERNADORIA DO ESTADO		
04 - APOIO ADMINISTRATIVO		
COORDENAÇÃO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	UNIDADE	N/Q
CAPACITAÇÃO DE EMPRESÁRIOS LOCAIS PARA PARCERIAS COM EMPRESAS		
ESTRANGEIRAS	PESSOA	N/Q
COORDENAÇÃO GERAL DA VICE-GOVERNADORIA	UNIDADE	N/Q
PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO DE PRODUTOS	UNIDADE	N/Q
05 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	⇒r riser terbe	, 17 St
ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	UNIDADE	N/Q
MODERNIZAÇÃO PARA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	UNIDADE	N/Q





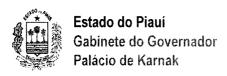
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
MODERNIZAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE PROJETOS ESPECIAIS - NEPE	PERCENTUAL	25
06 - TRANSPARÊNCIA PARA O CIDADÃO		
PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	CONSULTA	12
07 - RELAÇÕES EXTERIORES		
DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES CULTURAIS, ECONÔMICAS, TURÍSTICAS E SOCIAIS DO		
ESTADO DO PIAUÍ NO CENÁRIO INTERNACIONAL	EVENTO	04
10 - FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS PROGRAMA INTERNACIONAL DE CONVIVÊNCIA É ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS		
PROFISSIONALIZANTES	PESSOA	N/Q
PROGRAMA DE INTERCÂMBIO CULTURAL	PESSOA	N/Q N/Q
19 – DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA	FLOODA	IV/Q
DIVULGAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E DE POTENCIALIDADES DO PIAUÍ EM BRASÍLIA	EVENTO	03
28 - DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS	EVENTO	- 03
APOIO A IMIGRANTES PIAUIENSES	PESSOA	N/O
	PESSUA	N/Q
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMÁTICA DAS UNIDADES		
POLICIAIS	UNIDADE	N/Q
32 – PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA  CAPACITAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA		
PÚBLICA	LINIDADE	50
MANUTENÇÃO DA POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA	UNIDADE UNIDADE	50
REAPARELHAMENTO DO SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA		N/Q
APOIO A CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA	UNIDADE	250
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA E JUSTIÇA	UNIDADE	32
MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAL DAS UNIDADES DE SEGURANÇA	UNIDADE	N/Q
INTEGRAÇÃO SOCIAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO	UNIDADE	50
MANUTENÇÃO DA FROTA E GRUPAMENTO AÉREO POLICIAL	UNIDADE	25
REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR	UNIDADE	N/Q
MANUTENÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	UNIDADE	450
REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIENTÍFICA	UNIDADE	N/Q
34 - PREVENÇÃO E AÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES	UNIDADE	150
REAPARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	LINIDADE	440
NEAL AREELAMBERTO DO CONTO DE DOMBETROS MILITAR	UNIDADE	110
SECRETARIA DA FAZENDA		
04 - APOIO ADMINISTRATIVO		
COORDENAÇÃO DOS POSTOS FISCAIS DE DIVISAS	POSTO	33
D5 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
PROFISCO - BID	PERCENTUAL	100
MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E		
PATRIMONIAL	PERCENTUAL	100
11 - GESTÃO FISCAL EFICIENTE		
TRANSPARÊNCIA E GESTÃO TRIBUTÁRIA RESPONSÁVEL	PERCENTUAL	100
42 - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO		
IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA OFICIAL DE FOMENTO	UNIDADE	01
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
D5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	<del></del>	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA	563
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - ENSINO MÉDIO	ESCOLA	472
MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE ESCOLAS	ESCOLA	····
ESCOLA EM REDE: CONEXÃO COM A REALIDADE		400
GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR	ESCOLA ESCOLA	820
MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS UNIDADES ESCOLARES	ESCOLA	820
17 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	ESCOLA	25
	DECCO	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES - PROFUNCIONÁRIO	PESSOA	600
09 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS - ENSINO		
FUNDAMENTAL	ESCOLA	563
	LOUGEN	503





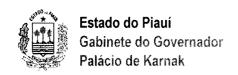
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META		
	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS - ENSINO MÉDIO	ESCOLA	472	
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS-FUNDESCOLA	ESCOLA	224	
SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SEAB	ESCOLA	820	
4 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO			
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA BASE DE DADOS - ESCOLA EM REDE	ESCOLA	820	
5 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA		020	
APOIO AO EDUCANDO	ALUNO	370.000	
EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO SEM BARREIRAS	ESCOLA	48	
EXPANSÃO DO EJA	ALUNO	100.000	
EXPANSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA	1.000	
COMBATE AO ANALFABETISMO	ALUNO	100.000	
16 – QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		100,000	
CAPACITAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES	GESTOR	4.100	
MANUTENÇÃO DA REDE ESCOLAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	ESCOLA	837	
RECURSOS MATERIAIS E TECNOLÓGICOS DE APOIO A EDUCAÇÃO BÁSICA	ESCOLA	250	
NOSSA ESCOLA: AVANÇANDO NA QUALIDADE	ESCOLA	165	
PRAZER DE ESTAR NA ESCOLA	ALUNO	180	
CURSINHOS POPULARES	ALUNO	26.195	
REGULARIZAÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	ESCOLA	264	
FORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	PROFESSOR	1.250	
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	FUNCIONÁRIO	1.589	
INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECAS	UNIDADE	200	
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA, CIÊNCIAS E ARTES NAS ESCOLAS DE ENSINO			
FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESCOLA	250	
IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS NAS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA	LABORATÓRIO	30	
ESTADUAL	QUADRA	145	
17 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	QUADRA	140	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO	ESCOLA	11.000	
18 - UNIVERSIDADE DE QUALIDADE PARA TODOS	LOUOLA	11.000	
FORMAÇÃO CONTINUADA - PÓS-GRADUAÇÃO	PROFESSOR	180	
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	PROFESSOR	1.079	
	1110/200011	1.07 0	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI			
D5 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			
PROJETO CLIMATIZAÇÃO DA UESPI	UNIDADE	400	
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO			
INFORMATIZAÇÃO DA UESPI	UNIDADE	400	
18 – UNIVERSIDADE DE QUALIDADE PARA TODOS	·		
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA	PROJETO	01	
PLANO DE SEGURANÇA PARA FUESPI	CAMPUS	12	
ENSINO DE GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	14.000	
PROJETOS ESPECIAIS (CONVÊNIOS, EAD, SEQUENCIAIS)	MATRÍCULA	3.000	
CONCURSO VESTIBULAR	VAGA	4.400	
MONITORIA PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO E OUTROS	ALUNO	150	
CONCURSO PARA DOCENTES E TÉCNICOS DA UESPI	PESSOA	350	
PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO	EVENTO	20	
REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO NOS CAMPUS DA UESPI	CAMPUS	12	
AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	EXEMPLAR	30.000	
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU	CURSO	01	
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU	MATRÍCULA	2.000	
RECONHECIMENTO DE CURSOS	CURSO	15	
PESQUISA	PESQUISA	100	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PROJETO	200	
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ – FUNDAC			
4 - APOIO ADMINISTRATIVO FISCALIZAÇÃO E VISTORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO	UNIDADE	20	





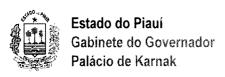
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
05 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA FUNDAC - CASAS DE CULTURA	CASA	19
9 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA FUNDAC	UNIDADE	100
9 – DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA		
MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS	UNIDADE	33
REALIZAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE FOLGUEDOS	UNIDADE	01
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS	UNIDADE	133
INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECA DE REFERÊNCIA	UNIDADE	01
FORMAÇÃO DE GESTÃO CULTURAL	UNIDADE	11
ESPAÇOS CULTURAIS MULTIUSOS	UNIDADE	13
INSTALAÇÃO DE PONTÕES DE CULTURA	PONTO	03
MICROPROJETOS CULTURAIS	PROJETO	127
AGENTE DE LEITURA	UNIDADE	245
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NO MUSEU DO PIAUÍ - CASA DE ODILON NUNES	UNIDADE	03
SEMANA DE ARTES CÊNICAS	EVENTO	01
CONCURSOS LITERÁRIOS	CONCURSO	02
CURSOS E OFICINAS TÉCNICAS E DE ARTE EDUCAÇÃO	CURSO	12
DEMOCRATIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES E DA CULTURA PIAUIENSES	EVENTO	100
REALIZAÇÃO DE FESTIVAIS REGIONAIS DE CULTURA	EVENTO	08
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE CULTURA	PONTO	235
MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO CINE-MÓVEL	UNIDADE	02
SISTEMA DE ARQUIVOS	SISTEMA	03
DIFUSÃO DO PROJETO BOCA DA NOITE	PROJETO	11
MELHORIA E EFETIVAÇÃO DO SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA-SIEC 20 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL	UNIDADE	01
RESTAURÂÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FABRICA DE LATICÍNIOS - CENTRO DE CULTURA DI CAMPINAS DO PIAUÍ PROGRAMA MONUMENTA / BID - OEIRAS	CENTRO UNIDADE	01 04
PESQUISA E REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	PESQUISA	10
FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL INVENTARIADO	UNIDADE	1.100
FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL TOMBADO	UNIDADE	51
FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IMATERIAL REGISTRADO	UNIDADE	12
PESQUISA E TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL	UNIDADE	10
10 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL		
VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL	UNIDADE	350
42 - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO		
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO CULTURAL PIAUIENSE	UNIDADE	10
FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ - FUNDESPI		
21 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER		
COPA PIAUIENSE DE FUTEBOL AMADOR	QUANTIDADE	643
MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESPORTIVOS	UNIDADE	19
SELETIVA ESTADUAL PARA OS JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS	QUANTIDADE	380
BOLSA ATLETA - FIEL	UNIDADE	100
PINTANDO A LIBERDADE	QUANTIDADE	14.300
COPA PIAUIENSE DE FUTEBOL AMADOR MASCULINO	CLUBE	128
COPA PIAUIENSE DE FUTEBOL AMADOR FEMININO	CLUBE	60
PROJETO SEGUNDO TEMPO	JOVEM	36.000
SELETIVA DA CORRIDA DE SÃO SILVESTRE	PESSOA	6.000
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS	QUADRA	11
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CAMPOS DE FUTEBOL	CAMPO	12
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS POLIESPORTIVOS	GINÁSIO	01
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESTÁDIOS MUNICIPAIS	ESTÁDIO	01
ESPORTE E LAZER DA CIDADE	UNIDADE	8.000
PROJETO VIDA SAUDÁVEL	PESSOA	1.000
JOGOS ABERTOS DA FUNDESPI	PESSOA	7.600





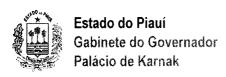
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
:UNDAÇÃO RÁDIO E TV EDUCATIVA DO PIAUÍ		
9 – DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA		
EXPANSÃO DO SINAL DA TV EDUCATIVA PARA POPULAÇÃO DO ESTADO	MUNICÍPIO	223
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DIGITAL DE TRANSMISSÃO DE TV	UNIDADE	01
NSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE - ISEAF		
04 - APOIO ADMINISTRATIVO  CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	UNIDADE	02
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	UNIDADE	02
07- QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE	300
16 – QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	UNIDADE	300
QUALIFICAÇÃO PARA ALFABETIZADORES DE JOVENS E ADULTOS	UNIDADE	1.000
17- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	ONDADE	1.000
IMPLEMENTAÇÃO DE LABORATÓRIOS PEDAGÓGICOS	UNIDADE	03
CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE	UNIDADE	350
MELHORIA DO FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	UNIDADE	450
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL		
DECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RORAL  DE - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
INSTALAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS EM MUNICÍPIOS POLOS	UNIDADE	47
80 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0111071011	
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LEITE DE PRODUTORES LOCAIS / COMPRA		
DIRETA LOCAL	FAMÍLIA	4.000
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LEITE DE PRODUTORES LOCAIS / PROGRAMA DO	FAMÍLIA	35.000
LEITE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS	MUDA	100.000
14 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS	WODA	100.000
REESTRUTURAÇÃO DE ENTREPOSTOS DE MEL	ENTREPOSTO	N/Q
FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS DE PECUÁRIA E PESCA	UNIDADE	47
FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS AGRÍCOLAS	APL	70
49 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR		
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA IRRIGADA NO ESTADO	FAMÍLIA	10.000
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO	FAMÍLIA	5.000
FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO	FAMÍLIA	20.000
FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS DE AQUICULTURA, PECUÁRIA E		4-7
PESCA	UNIDADE	47
FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA RURAL INCENTIVO A HORTIFRUTICULTURA DO ESTADO	FAMÍLIA FAMÍLIA	700
GARANTIA SAFRA	FAMÍLIA	16.000 85.000
50 - INCENTIVO AO AGRONEGÓCIO	TAMILIA	03.000
FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO ESTADO	UNIDADE	50
	OTTIBALE	
COORDENADORIA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO		
53 - CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	OFICINA	40
APOIO A INICIATIVA DE PRODUÇÃO ARTESANAL NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	OFICINA	10
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS NO SEMIÁRIDO  CONSTRUÇÃO DE SISTEMA BARRAGINHAS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	CISTERNA FAMÍLIA	1.000 1.000
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - VIVA O SEMIÁRIDO	BENEFICIÁRIO	10.000
IMPLANTAÇÃO DE BANCO COMUNITÁRIO DE SEMENTES(CRIOULAS) DO SEMIÁRIDO	BENEFICIANO	10.000
PIAUIENSE	UNIDADE	30
IMPLANTAÇÃO DE POMARES E QUINTAIS PRODUTIVOS	FAMÍLIA	100
INCENTIVO A PRODUÇÃO DE DEFUMADOS E EMBUTIDOS DE CAPRINOS E OVINOS NO	LINUDADE	40
SEMIÁRIDO DO PIAUÍ	UNIDADE	10
MANEJO ALIMENTAR: BANCO DE PROTEÍNAS	FAMÍLIA	50
PROJETOS DE TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	UNIDADE	50
INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI		
38 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL		
DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA	HECTARE	20.000





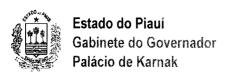
(ART. 165, § 2" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)	MET/	
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
4 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS	•	
REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS NOS MUNICÍPIOS DE RIBEIRO GONÇALVES E BAIXA GRANDE DO		
RIBEIRO	HECTARE	215.000
ARRECADAÇÃO DE ÁREAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	HECTARE	100.000
ALIENAÇÃO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	HECTARE	60.000
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - PRODERE	HECTARE	250.000
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA	FAMÍLIA	1.852
CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA	FAMÍLIA	2.670
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS	,	
URBANAS II	FAMÍLIA	2.000
NSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – I	EMATER	
05 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES OPERATIVAS DO EMATER	UNIDADE	31
18 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA A AGRICULTORES FAMILIARES/ASSENTAMENTOS DE QUILOMBOS	AGRICULTOR	160.000
51- INCENTIVO À CRIAÇÃO DE REBANHO		
INCENTIVO À EXPANSÃO E MELHORIA DE REBANHOS	AGRICULTOR	160.000
53 – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO SEMIÁRIDO	AGRICULTOR	20.000
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - ADAPI		
04 - APOIO ADMINISTRATIVO		
IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIOS REGIONAIS	UNIDADE	05
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE ANIMAL E VEGETAL - USAV 'S	UNIDADE	03
52 – DEFESA ANIMAL E VEGETAL		
CONTROLE DA RAIVA DOS HERBIVOROS - COBERTURA VACINAL	PERCENTUAL	30
CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE ANIMAL - COBERTURA		
VACINAL	PERCENTUAL	25
FISCALIZAÇÃO EM REVENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - COBERTURA FISCAL	PERCENTUAL	100
ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA - COBERTURA VACINAL	PERCENTUAL	95
PROFILAXIA E CONTROLE DAS PRAGAS DOS VEGETAIS - PRODUTORES ORIENTADOS	PERCENTUAL	60
CONTROLE DE TRÂNSITO DE PRODUTOS VEGETAIS - COBERTURA FISCAL MANUTENÇÃO DE ÁREA LÍVRE PARA SIGATOKA NEGRA DA BANANEIRA NO ESTADO - ÁREA	PERCENTUAL	90
INSPECIONADA	PERCENTUAL	100
FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS - COBERTURA FISCAL	PERCENTUAL	100
FISCALIZAÇÃO DE REVENDAS DE PLANTAS - COBERTURA FISCAL	PERCENTUAL	100
CONTROLE DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS - COBERTURA FISCAL	PERCENTUAL	90
FISCALIZAÇÃO EM REVENDAS DE PRODUTOS VETERINÁRIOS - COBERTURA FISCAL	PERCENTUAL	80
PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE AVÍCOLA - VIGILÂNCIA DE PONTOS DE RISCO	PERCENTUAL	90
EDUCAÇÃO SANITÁRIA - ATIVIDADES EDUCATIVO-SANITÁRIA	PERCENTUAL	80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
04 - APAOIO ADMINISTRATIVO		
ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS	UNIDADE	50
29 - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	INVESTEE	100
APOIO ÀS PREFEITURAS E INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	UNIDADE	100
36 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO		
EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	UNIDADE	100
ELETRIFICAÇÃO RURAL	KM	100
EXECUÇÃO DO APOIO TURÍSTICO E URBANIZAÇÃO DO PORTO DOS TATUS - PRODETUR/NE/II	OBRA	01
IMPLANTAÇÃO DO ANEL VIÁRIO EM PARNAÍBA ( BR 402/343 ) PRODETUR/NE/II	OBRA	01
URNANIZAÇÃO DE ORLAS/POLO COSTA DO DELTA - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
ADEQUAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DA SEDE DE LUÍS CORREIA - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DE 8 KM DE BARRA GRANDE/CAJUEIRO DA		
PRAIA/PRODETUR/NE/II	OBRA	01
RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PIRACURUCA - PRODETUR NACIONAL	OBRA	02





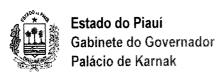
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
SISTEMA VIÁRIO E URBANIZAÇÃO DA ORLA DO RIO POTY - SÃO RAIMUNDO NONATO -	•	
PRODETUR NACIONAL	OBRA	02
CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO SUDESTE	OBRA	01
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CASTELO	OBRA	01
CONSTRUÇÃO DE ADUTORAS E INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA	01
CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE SÃO RAIMUNDO NONATO	OBRA	01
RESTAURAÇÃO DO PORTO DAS BARCAS EM PARNAÍBA -PRODETUR /NE/II	OBRA	01
URBANIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DE ATALAIA -LUÍS CORREIA - PRODETUR /NE/II	OBRA	01
INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES E TURISMO	OBRA	20
MELHORIA DO ACESSO AO AEROPORTO DE PARNAÍBA - PRODETUR /NE/II	OBRA	01
' – SANEAMENTO É QUALIDADE DE VIDA		
SANEAMENTO AMBIENTAL	UNIDADE	100
MACRODRENAGEM E CONTENÇÃO DE CHEIAS OEIRAS / TERESINA / FLORIANO	UNIDADE	03
GUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A- AGESPISA		
- SANEAMENTO É QUALIDADE DE VIDA		
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOSTO - PRODETUR	POPULAÇÃO ATENDIDA	40.000
IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	POPULAÇÃO ATENDIDA	370.312
ISTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI		
- INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO		
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM RIACHO FUNDO - SANTA CRUZ DO PIAUÍ	PERCENTUAL	30
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ATALAIA - SEBASTIÃO BARROS	PERCENTUAL	20
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM VEREDA GRANDE - FLORIANO	PERCENTUAL	05
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM RANGEL - REDENÇÃO DO GURGUÉIA	PERCENTUAL	10
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM CONTRATO - MONTE ALEGRE	PERCENTUAL	05
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BETÂNIA - BETÂNIA	PERCENTUAL	05
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TINGUÍS - BRASILEIRA (CONTINUAÇÃO)	····	
CONSTRUÇÃO DA BARRAGENI TINGUIS - BRASILEIRA (CONTINUAÇÃO)	PERCENTUAL	30
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS	ES PERCENTUAL A AS	20
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES	ES PERCENTUAL A AS PERCENTUAL	20 100
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ	ES PERCENTUAL A AS PERCENTUAL PERCENTUAL	20 100 05
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	ES PERCENTUAL A AS  PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL	20 100 05 50
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HÍDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO	ES PERCENTUAL  A AS  PERCENTUAL  PERCENTUAL  PERCENTUAL  PERCENTUAL	20 100 05
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HÍDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TÉCNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL VIIIONIDADE	20 100 05 50 20
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HÍDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUĂ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS	ES PERCENTUAL  A AS  PERCENTUAL  PERCENTUAL  PERCENTUAL  PERCENTUAL  UNIDADE  MUNICÍPIO	20 100 05 50 20 03
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TÉCNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  PERCENTUAL  UNIDADE  MUNICÍPIO PERCENTUAL	20 100 05 50 20
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÁ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL VIDADE  MUNICÍPIO PERCENTUAL DOO	20 100 05 50 20 03 09 20
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HÍDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  UNIDADE  MUNICÍPIO PERCENTUAL  DOO PERCENTUAL	20 100 05 50 20 03 09 20 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  M UNIDADE  MUNICÍPIO PERCENTUAL  D DO  PERCENTUAL PERCENTUAL	20 100 05 50 20 03 09 20 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICIPIO PERCENTUAL D DO PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL	20 100 05 50 20 03 09 20 10 05 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICIPIO PERCENTUAL D DO PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL	20 100 05 50 20 03 09 20 10 05 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  OUNIDADE  MUNICÍPIO PERCENTUAL	20 100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  OUNIDADE  MUNICÍPIO PERCENTUAL   20 100 05 50 20 03 09 20 10 05 10	
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENA	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICÍPIO PERCENTUAL DO DO PERCENTUAL AS	20 100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO  PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENA REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICÍPIO PERCENTUAL DOO PERCENTUAL VIIDADE  AS UNIDADE	20  100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 100 50
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇAO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO  PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENAREDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BAIXÃO DO MEIO - PAES LANDIM  INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DAS	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICIPIO PERCENTUAL	20  100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 10 50 05
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENA REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BAIXÃO DO MEIO - PAES LANDIM	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICÍPIO PERCENTUAL	20  100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 100 50
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRI ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO  PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENY REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BAIXÃO DO MEIO - PAES LANDIM  INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DAS BARRAGENS  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO RIO URUÇUÍ PRETO	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICIPIO PERCENTUAL	20  100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 10 50 05
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRI ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÂ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENY REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BAIXÃO DO MEIO - PAES LANDIM INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DAS BARRAGENS ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO RIO URUÇUÍ PRETO ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE PEQUENAS BARRAGENS PARA CONTENÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE PEQUENAS BARRAGENS PARA CONTENÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE PEQUENAS BARRAGENS PARA CONTENÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE PEQUENAS BARRAGENS PARA CONTENÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE PEQUENAS BARRAGENS PARA CONTENÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE PEQUENAS BARRAGENS PARA CONTENÇÃO DE	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICÍPIO PERCENTUAL	20  100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 10 100 50 05 50 10
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR, INCLUSIVE BARRAGEM, SANTA CRUZ DOS MILAGRI ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BASICOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS PARA BARRAGENS PIRACURUCA, PEDRA REDONDA, POÇO MARRUÁ E SANTA CRUZ DOS MILAGRES  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SUSPIRANTE - ACAUÃ  CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE  PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DO ESTADO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL EM PEDRO II, PARNAÍBA E SÃO RAIMUNDO NONATO  INSTALAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA MINERAL EM DIVERSOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NA BARRAGEM SALINA - SÃO FRANCISCO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ANGICOS - PARNAGUÁ  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRICOLA DO RIO ITAIM  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM MESA DE PEDRA  CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DA BARRAGEM CORREDORES  INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RECALQUE FLUTUANTES EM BARRAGENS NO ESTADO  PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENY REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO  CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BAIXÃO DO MEIO - PAES LANDIM  INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DAS BARRAGENS  ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO RIO URUÇUÍ PRETO	PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL  MUNICIPIO PERCENTUAL	20  100 05 50 20 03 09 20 10 05 10 10 10 10 50 05 50





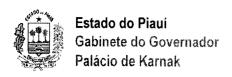
<i>f</i>	META	<u> </u>
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
ELABORAÇÃO DO PROJETO FIDALGO: DESSALINIZAÇÃO DA LAGOA DO FIDALGO	PERCENTUAL	100
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO NA BARRAGEM PEDRA REDONDA - CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	PERCENTUAL	100
CONSTRUÇÃO DE TANQUES PARA CRIAÇÃO DE PEIXES EM DIVERSAS LOCALIDADES DO ESTADO	PERCENTUAL	20
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PERIÓDICA DAS BARRAGENS	PERCENTUAL	20
MODERNIZAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DOS RECURSOS MINERAIS DO ESTADO CADASTRAMENTO E AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DAS OCORRÊNCIAS DE DEPÓSITOS	PERCENTUAL	50
MINERAIS NO ESTADO DO PIAUÍ	PERCENTUAL	50
ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE VOCAÇÃO TECNOLÓGICA DE FORMAÇÃO ELEMENTAR E	PERCENTUAL	20
MÉDIA NO PROCESSAMENTO DE INSUMOS MINERAIS PARA A AGRICULTURA	PERCENTUAL	50
FUNDO DE APOIO Á PESQUISA E A EXPLORAÇÃO MINERAL DO PIAUÍ - FEMIPE RECUPERAÇÃO DE 16,20 KM DE REVESTIMENTO ASFALTICO EM RUAS DO MUNICIPIO DE	PERCENTUAL	50
OEIRAS - PI	PERCENTUAL	50
EXECUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA É ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ - PAC/ FUNASA	PERCENTUAL	50
ECRETARIA DA SAÚDE		
5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
MODERNIZAÇÃO GERAL DA SESAPI (INFRAESTRUTURA FÍSICA, EQUIPAMENTOS,		
PROCESSOS DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	UNIDADE	01
- QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	TRABALHADOR DE	
FORMAÇÃO PARA TRABALHADOR DE NÍVEL MÉDIO DO SUS	SAÚDE	120
- FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DA GESTÃO DO SUS		
REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE SEDES DE MACRO E MICROREGIÕES, MÓDULOS ASSISTÊNCIAIS E UNIDADES MISTAS	UNIDADE	19
SUPERVISÃO DE OBRAS EM UNIDADES DE SAÚDE EM SEDES DE MACRO E MICRO REGIÕES E MÓDULOS ASSISTÊNCIAIS	SUPERVISÃO	24
CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA - CITOX	SERVIÇO	01
CONTROLE SOCIAL DO SUS		
MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE ESTADUAIS	UNIDADE PERCENTUAL	01 100
PLANOS E PROJETOS ESPECIAIS NA ÁREA DE SAÚDE		
PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR	PROJETO PERCENTUAL	04 100
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE FISIOTERAPIA, FARMÁCIAS POPULARES, BASES DE	PERCENTOAL	100
ESTABILIZAÇÃO DO SAMU E UTI'S NOS MUNICÍPIOS	CONSTRUÇÃO	14
ESTRUTURAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	UNIDADE	01
IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR DO ESTADO REESTRUTURAR E REEQUIPAR UNIDADES DE HEMOTERAPIA (HEMOREDE) NAS SEDES DE	MUNICÍPIO	223
MACRO	UNIDADE	06
CONTROLE SOCIAL DO SUS (CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS)	CAPACITADO	500
- FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE	ON NOTICE	
REALIZAÇÃO DE TRANSPLANTE PARA POPULAÇÃO DO PIAUI	TRANSPLANTE	280
REDE DE ATENÇÃO E CUIDADOS NA ÀREA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	LEITO	10
REGULAÇÃO DA ASSISTÊNCIA (SERVIDOR CAPACITADO)	SERVIDOR	500
TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO NO ÂMBITO DO SUS	USUÁRIO	5.000
ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOB A GESTÃO DO SUS	PROCEDIMENTO	N/Q
IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE RELATIVOS A VIOLÊNCIAS	NÚCLEO	05
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIO	224
REDE EXTRA-HOSPITALAR CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL)	CAPS	33
AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE VOLTA PARA CASA	USUÁRIO	N/Q
APOIO AOS MUNICÍPIOS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	SUPERVISÃO	29
COMBATE DO TABAGISMO	MUNICÍPIO	224
CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA TUBERCULOSE	MUNICÍPIO	224
DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM SAÚDE DA SESAPI	SISTEMA	N/Q
FARMÁCIA POPULAR IMPLANTAÇÃO DA NOVA VERSÃO DO SINAN E SIMDDA E MONITORAMENTO DO SISTEMA EM	UNIDADE	04
MUNICÍPIOS DO ESTADO.	SERVIÇO	17
MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EM SAÚDE DO PIAUÍ	EVENTO	01



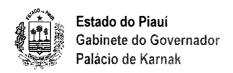


ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
PESQUISA SOBRE PREVALÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS E DOENÇAS INCAPACITANTES	PESQUISA 1	01
PREVENÇÃO E CONTROLE DOS PERIGOS E AGRAVOS À SAÚDE COLETIVA	MUNICÍPIO	224
PROGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	PERCENTUAL	100
PROMOVER O CONTROLE DA HANSENÍASE	MUNICÍPIO	224
	MUNICÍPIO	224
PROMOÇÃO DA SAÚDE DO ADULTO E IDOSO PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL - IMPLANTAÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO EM	WONGFIO	224
MUNICÍPIOS	CONSULTÓRIO	30
CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA À MULHER	CENTRO	05
ASSISTÊNCIA NEONATAL, PREVENÇÃO E TRATAMENTO PREVALENTES NA INFÂNCIA E	CAPACITAÇÃO /	
ADOLESCÊNCIA	SUPERVISÃO	06 / 10
IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLEXOS REGULADORES NAS SEDES DE MACRO	CENTRAL DE	
REGIÕES DE SAÚDE	REGULAÇÃO	03
IMPLEMENTAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ATENÇÃO À SAÚDE AUDITIVA	UNIDADE	06
PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA E TRIAGEM NEONATAL NOS MUNICÍPIOS SEDES DE MACRO		•
REGIÕES DE SAÚDE	SERVIÇO	06
	ABASTECIMENTO /	
	LIGAÇÕES	45 / 4 050
PROSAR / KFW CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DOMICILIARES	15 / 1.850
REDE ESTADUAL DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL REFORMA, ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA	PESSOA	N/Q_
REFORMA, ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE DE REFERÊNCIA DA CAPITAL: HGV, IDTNP, HILP, MDER E HAA	UNIDADE	05
REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE NAS	UNIDADL	
SEDES DE MACRO, MICRO REGIÕES DE SAÚDE E MÓDULOS ASSISTENCIAIS	UNIDADE	12
CONSTRUÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SEGUNDO POLÍTICA DE		
HOSPITAIS DE PEQUENO PORTE - HPP	UNIDADE	60
AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA MUNICÍPIOS	UNIDADE MÓVEL	06
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE		
AGRAVOS À SAÚDE COLETIVA	PROGRAMA	04
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SERVIÇOS DE OUVIDORIA	SERVIÇO	17
BANCO DO LEITE	UNIDADE	01
IMPLANTAR E AMPLIAR A CORBERTURA E ACESSIBILIDADE A SERVIÇOS	USUÁRIO	4.800
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO E MUNICÍPIOS	CURSO	85
IMPLEMENTAR O FUNCIONAMENTO DA REDE ESTADUAL DE SAÚDE VISUAL	SERVIÇO	N/Q
4 - VIGILÂNCIAS EM SAÚDE		
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CURSO	12
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIO	224
IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PESSOA	2.800
	PERC. DA POP.	
PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS	VACINADA	95%
PEOPETADIA DO DI ANE IAMENTO		
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO		
15 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DEDCENTUAL	100
(BAD) CARACTA CAC DA CENTRAL DE DOCULTOS E ("CNO/LNIC)	PERCENTUAL	
IMPLEMENTAÇÃO DA CENTRAL DE PROJETOS E CONVÊNIO	DEDOCRITUAL	100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PERCENTUAL	100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  DB - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL	PERCENTUAL PERCENTUAL	100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES	PERCENTUAL	100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL		
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	PERCENTUAL PERCENTUAL	100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO	PERCENTUAL PERCENTUAL PROGRAMA	100 100 40
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO	PERCENTUAL PERCENTUAL	100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO  88 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL	PERCENTUAL PERCENTUAL PROGRAMA	100 100 40 100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO ÃO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO	PERCENTUAL PERCENTUAL PROGRAMA	100 100 40
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO  18 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL  FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO PIAUÍ - FGP / PI	PERCENTUAL PERCENTUAL PROGRAMA	100 100 40 100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO  18 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL  FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO PIAUÍ - FGP / PI  COORDENADORIA DE COMBATE A POBREZA RURAL	PERCENTUAL PERCENTUAL PROGRAMA	100 100 40 100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES  DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO  38 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL  FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO PIAUÍ - FGP / PI  COORDENADORIA DE COMBATE A POBREZA RURAL  29 - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	PERCENTUAL PERCENTUAL PROGRAMA	100 100 40 100
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  18 - PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  PLANEJAMENTO TERRITORIAL  APOIO AO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM REGIÕES DE NATUREZA ESPECIAL  19 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO  AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO  38 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL	PERCENTUAL  PERCENTUAL  PROGRAMA  PERCENTUAL	100 100 40 100 N/Q



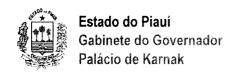


ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
COORDENADORIA DE ORÉRITO ELIVERÍANO	, and an incular	ZONITI IDADE
COORDENADORIA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO		
9 - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	UNIDADE	150
:UNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO		
4 – APOIO ADMINISTRATIVO		****
ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICOS	UNIDADE	463
4 – DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	OTTIENTEE	700
COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO	UNIDADE	19
PEOPETADIA DO DECENIVO MARAITO ECONÔMICO E TROMO. ÁCICO		
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO		
4 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO TRABALHADOR	PESSOA	N/Q
INFORMATIZAÇÃO DO PRODART	PESSOA	N/Q
INSERÇÃO DO PIAUÍ NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA	UNIDADE	05
INCLUSÃO DIGITAL  0 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL	SEMINÁRIO	01
REVITALIZAÇÃO DAS CENTRAIS DE ARTESANATO	EVENTO	
REFORMA, MANUTENÇÃO E PINTURA DAS CENTRAIS DE ARTESANATO	EVENTO	48
6 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO	REFORMA	01
ORRAS DE PEQUENO PORTE PARA FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	OBRA	07
1 - INCENTIVO À EXPORTAÇÃO	OBRA	07
CAPACITAÇÃO EM EXPORTAÇÃO PARA EMPRESÁRIOS	PESSOA	3.000
CARAVANA DO EXPORTADOR	EVENTO	3.000 01
ENCONTRO DE COMÉRCIO EXTERIOR - ENCOMEX	EVENTO	01
INCENTIVO À PRIMEIRA EXPORTAÇÃO	EVENTO	10
INFORMATIVOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR	PESSOA	18.000
TREINAMENTO DE AGENTES DE COMÉRCIO EXTERIOR	PESSOA	18.000
ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - ZPE	PROJETO	01
	PRODUTO E	- 01
	PROCESSO	
APOIO À ADEQUAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS	ADEQUADO	05
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS	EMPRESA	N/Q
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO	EMPRESA PESSOA	N/Q 06
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO FEIRAS INTERMUNICIPAIS	PESSOA FEIRA	06 16
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA	PESSOA	06
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO	06 16
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL	06 16 01 06 50
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO	06 16 01 06
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL	06 16 01 06 50
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO	06 16 01 06 50
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO	06 16 01 06 50 01 2.000
DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO FEIRAS INTERMUNICIPAIS JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA	06 16 01 06 50 01 2.000
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE	06 16 01 06 50 01 2.000
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO PRAIA DE ATALAIA	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO	06 16 01 06 50 01 2.000
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO — PRAIA DE ATALAIA 4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA	06 16 01 06 50 01 2.000 10
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO - PRAIA DE ATALAIA  4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO - PRAIA DE ATALAIA 4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO ARRANJO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20 01
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO — PRAIA DE ATALAIA 4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO – PRAIA DE ATALAIA 4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS 5 - DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO ARRANJO ARRANJO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20 01
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO - PRAIA DE ATALAIA  FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS  5- DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA  DESENVOLVIMENTO DA BIOENERGIA DO ESTADO	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO ARRANJO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20 01
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO - PRAIA DE ATALAIA 4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS 5 - DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA  DESENVOLVIMENTO DA BIOENERGIA DO ESTADO 6 - INCENTIVO À CIÊNCIA & TECNOLOGIA	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO ARRANJO ARRANJO PROJETO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20 01 01 05 16
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO - PRAIA DE ATALAIA  4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS  5 - DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA  DESENVOLVIMENTO DA BIOENERGIA DO ESTADO	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO ARRANJO ARRANJO PROJETO EVENTO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20 01
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS  DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇO  FEIRAS INTERMUNICIPAIS  JORNADAS CULTURAIS E TECNOLÓGICAS DO CULTIVO DA MAMONA  PROMOÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ESTADO  PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL  PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E PALESTRAS DE MARCAS E PATENTES  CAPACITAÇÃO NOS POLOS DE ARTESANATO  PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRODART  FOMENTO EMPRESARIAL FORMAL  CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO - PRAIA DE ATALAIA 4 - FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS  INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO ARRANJO PRODUTIVO DA MANDIOCA  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS NOVOS  APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS 5 - DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA  DESENVOLVIMENTO DA BIOENERGIA DO ESTADO 6 - INCENTIVO À CIÊNCIA & TECNOLOGIA	PESSOA FEIRA PROJETO PROJETO MANUAL EVENTO PESSOA MATERIAL DIVULGADO UNIDADE OBRA PROJETO ARRANJO ARRANJO PROJETO	06 16 01 06 50 01 2.000 10 20 01 01 05 16



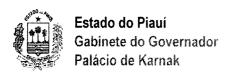
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	ORIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
UNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI		
2 - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO		
CONSTRUÇÃO DO ANEXO DA JUCEPI	PERCENTUAL	30
DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DO REGISTRO DE EMPRESAS	PERCENTUAL	100
UNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO PIAUÍ - FAPEPI		
5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		-
EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PONTO DE PRESENÇA DA REDE		
NACIONAL DE PESQUISA - RNP	BOLSA	05
16 - INCENTIVO À CIÊNCIA & TECNOLOGIA		
PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE FUNDO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO ESTADO DO PIAUÍ -	PESQUISA	25
FUNDES	PROJETO	_
AUXÍLIO FINANCEIRO A EVENTOS, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	TROJETO	<u>-</u>
NO ESTADO	EVENTO	40
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO REGIONAL NO ESTADO	PESQUISA	40
CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO TÉCNICO À PESQUISA	BOLSA	30
CONCESSÃO DE BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO	BOLSA	60
FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ESTADO DO PIAUÍ	PESQUISA	150
REDE DO MONITORAMENTO PLUVIOMÉTRICO	PLUVIÔMETRO	20
INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES NO ESTADO	PESQUISA	45
APOIO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR  IMPLEMENTAÇÃO E CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A PROJETOS DE PESQUISA NO	BOLSA	200
ESTADO	PESQUISA	75
PROMOÇÃO DE EVENTOS DO CONSELHO SUPERIOR DA FAPEPI	EVENTO	12
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO PIAUÍ - GASPISA		
45 - DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA		
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL ATRAVÉS DO GASODUTO	M³ / DIA	2.300
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ - IMEPI		
04 - APOIO ADMINISTRATIVO		
IMEPI MÓVEL	UNIDADE	02
IMPLANTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE CARGAS SÓLIDAS E PERIGOSAS	FISCALIZAÇÃO	461
REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO IMEPI	REFORMA	01
05 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
ADEQUAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DA BASE DE VERIFICAÇÃO METROLÓGICA	SERVIÇO	3.014
47 – METROLOGIA LEGAL		
METROLOGIA LEGAL E AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE	VERIFICAÇÃO	36.591
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
04 - APOIO ADMINISTRATIVO		
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO DE MATERIAL	<del> </del>	N/Q
RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	M <sup>2</sup>	3.400
APOIO ÀS FAMÍLIAS DE SERVIDORES COM NECESSIDADES ESPECIAIS	FAMÍLIA	N/Q
CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	PESSOA	1.200
DS – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	12000/1	1.200
FORUNS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO	FORUM	13
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO - PNAGE	PERCENTUAL	40
MODERNIZAÇÃO E GOVERNO DIGITAL	PERCENTUAL	25
GESTÃO DE DOCUMENTOS	PERCENTUAL	30
CONCURSOS PÚBLICOS DO ESTADO	VAGA	N/Q
07 – QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	PESSOA	10.000
31 – INCLUSÃO É ASSESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		





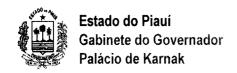
	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ – IAPEP		
INSTITUTO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DO ESTADO DO PIAUL - IAPEP 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO IAPEP	PERCENTUAL	30
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	PERCENTUAL	50
07 – QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	TENGENTOAL	
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR DO IAPEP	SERVIDOR	100
12 – ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR	01.1710011	
IAPEP SAÚDE	BENEFICIÁRIO	797.000
IAPEP SAÚDE SUPLEMENTAR	BENEFICIÁRIO	35.000
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ		
05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PERCENTUAL	25
READEQUAÇÃO FÍSICA DAS INSTALAÇÕES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA 07 – QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	PERCENTUAL	30
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR	ecovidos	400
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR  13 - PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	SERVIDOR	120
PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	PESSOA	N/Q
PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - MINISTÉRIO PÚBLICO	PESSOA	N/Q N/Q
PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - PODER EXECUTIVO	PESSOA	N/Q
PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - PODER JUDICIÁRIO	PESSOA	N/Q
PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - TCE	PESSOA	N/Q
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	1 2000/1	11/0
INFORMATIZAÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	PERCENTUAL	25
AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - ATI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	0004	
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA AGÊNCIA  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	OBRA	01
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	LIMIDADE	1
MANUTENÇÃO DO FUNDO DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO PIAUÍ - FIPI	UNIDADE	
MODELOS DE GESTÃO DE INFORMÁTICA BASEADOS EM MELHORES PRÁTICAS DE MERCA	ADO UNIDADE	01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA	UNIDADE	05
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA	DOCUMENTO	
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO		05 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA	05 01 40
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL	05 01 40 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE	05 01 40 01 20
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA	05 01 40 01 20 03
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO	05 01 40 01 20 03 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA	05 01 40 01 20 03
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO	05 01 40 01 20 03 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO	05 01 40 01 20 03 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO	05 01 40 01 20 03 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL	05 01 40 01 20 03 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL	05 01 40 01 20 03 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS 36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL  PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL	05 01 40 01 20 03 01 01
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS 36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENA:	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL  PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL S	05 01 40 01 20 03 01 01 100
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS 36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL  PERCENTUAL PERCENTUAL S PERCENTUAL	05 01 40 01 20 03 01 01 01 100
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS 36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL  PERCENTUAL PERCENTUAL S PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL	05 01 40 01 20 03 01 01 100 100 100
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS 36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DE POÇOS, CONSTRUÇÃO DE PEQUENA: REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS REDE DE ENERGIA ELÉTRICA	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL  PERCENTUAL PERCENTUAL S PERCENTUAL	05 01 40 01 20 03 01 01 01 100
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA  GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MULTISERVIÇO DA REDE GOVERNO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO CONSOLIDAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EXTERNA DA AGÊNCIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS  EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORIAS DOS PROCESSOS 36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO CONSTRUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E PONTES PERFURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ÁGUA DOMICILIAR NO ESTADO CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS	DOCUMENTO ELETRÔNICO PESSOA REDE DIGITAL UNIDADE CAMPANHA CERTIFICADO CENTRAL  PERCENTUAL PERCENTUAL S PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL PERCENTUAL	05 01 40 01 20 03 01 01 100 100 100





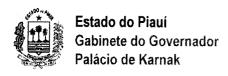
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
•	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
SECRETARIA DA JUSTIÇA		
07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	PESSOA	400
16 – QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
EDUCANDO PARA A LIBERDADE	PESSOA	PESSOA
26 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	55000	
PROGRAMA DE ATIVIDADES LABORAIS DO REEDUCANDO 28 - DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	PESSOA	PESSOA
ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL DO REEDUCANDO E SEUS FAMILIARES	DECOOL	0.000
ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO REEDUCANDO  ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO REEDUCANDO	PESSOA	3.000
ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO REEDUCANDO	PESSOA PESSOA	3.000
33 - MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL	PESSUA	3.000
CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS	PESSOA	1760
SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS	SERVIÇO	1760
CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO PIAUÍ	UNIDADE	06
SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	EQUIPE	14
	240112	.,
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ		
04 – APOIO ADMINISTRATIVO		
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES: CAPITAL E INTERIOR	UNIDADE	08
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR	UNIDADE	04
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE POSTOS DE POLICIAMENTO NA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	UNIDADE	10
REFORMA DAS UNIDADES DE ENSINO	UNIDADE	03
RENOVAÇÃO, MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DE FROTAS (VEÍCULOS E AERONAVES)	UNIDADE	100
MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO, OPERACIONAS E ADMINISTRATIVAS	UNIDADE	03
05 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	0.1107.02	
INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E ADMNISTRATIVAS	UNIDADE	50
INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	UNIDADE	03
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA	UNIDADE	N/Q
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES GESTORAS	UNIDADE	50
07 – QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
NÚCLEO COMUNITÁRIO SOCIAL	UNIDADE	01
ENSINO PROFISSIONAL NA POLÍCIA MILITAR	PESSOA	1.000
FOMENTO AO INTERCÂMBIO CULTURAL E INSTITUCIONAL	PESSOA	N/Q
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM NÚCLEO BIBLIOTECÁRIO VOLTADO PARA ÁREA DE		
SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE MESTRADO, NA ÁREA DE SEGURANÇA	UNIDADE	01
PÚBLICA	UNIDADE	01
CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PERCENTUAL	70
12 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	UNIDADE	3.000
REAPARELHAMENTO DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE	EQUIPAMENTO	20
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI NO HOSPITAL		
DIRCEU ARCOVERDE  IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO CIRÚRGICO NO SETOR ODONTOLÓGICO DO HOSPITAL	UNIDADE	01
DIRCEU ARCOVERDE	CENTRO	01
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CLÍNICA PARA RECUPERAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES	CENTRO	UI
DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS	CLÍNICA	01
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE AMBULÂNCIA E VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA O HPM	UNIDADE	03
32 – PREVENÇÃO E COMBATÉ À VIOLÊNCIA		
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO ÀS DROGAS (PROERD)	ALUNO	1.000
MANUTENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE NA CAPITAL E NO INTERIOR ATRAVÉS DAS	UNIDADE	N/Q
UNIDADES GESTORAS		
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA NA ÁREA OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ	EQUIPAMENTO	120
EQUIPAMENTO BÉLICO E DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	EQUIPAMENTO	1.000
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO POLICIAMENTO DE APOIO AO TURÍSTA	PELOTÃO	04
IIVIFLANTAÇÃO E IMANOTENÇÃO DO POLICIAMENTO DE APOIO AO TURISTA	PELUTAU	U <del>4</del>





ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	MET.	
	UNIDADE DE MEDIDA EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS  AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE SEMOVENTE		150 20
	UNIDADE	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A UNIDADE DE BIKE PATRULHAMENTO	UNIDADE	10
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE AERONAVE PARA O PATRULHAMENTO AÉREO POLICIAL	UNIDADE	01
AQUISIÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES NÃO LETAIS	UNIDADE	300
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ	UNIDADE	25
MANUTENÇÃO DO PELOTÃO MIRIM	ALUNO	80
MANUTENÇÃO DO GRUPAMENTO AÉREO POLICIAL	GRUPAMENTO	01
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR	VEÍCULO	80
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS		
IO - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL  ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA O		
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	PERCENTUAL	40
EXECUÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ZOOBOTANICO DE TERESINA -	FERGENTONE	40
PRODETUR/NE-II	PERCENTUAL	60
IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS -		
PRODETUR/NE-II	PERCENTUAL	60
55 – GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE		
ESTUDOS PARA O MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DAS ÁREAS ESPECÍFICAS		
E PARA O DETALHAMENTO DO USO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERESSE ECONÔMICO E		
SÓCIO-AMBIENTAL DO ESTADO	ESTUDO	01
ESTUDOS E PROJETOS DE DEFINIÇÕES E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE	51.4110	•
RESÍDUOS SÓLIDOS	PLANO	01
PROPOSIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE MECANISMOS LEGAIS DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	01
FORTALECIMENTO DO GESTOR DA INSTITUIÇÃO POR MEIO DO PNMA II	PERCENTUAL	80
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	01
56 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
GESTÃO VOLTADA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL	MUNICÍPIO	60
GESTÃO VOLTADA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PRODETUR NACIONAL	MUNICÍPIO	60
57 - USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS		
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COMBATE À		
POBREZA	PERCENTUAL	70
OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICAS	OBRA	15
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	COMITÊ	01
ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO, CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS		
UNIDADES ESTADUAIS DE CONSERVAÇÃO	PERCENTUAL	40
SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS DO		
ESTADO	SISTEMA	01
58 – RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO		
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E DIFUSÃO DE TÉCNICAS E PLANO ESTADÚAL DE COMBATE À	DEDOENTHA	40
DESERTIFICAÇÃO	PERCENTUAL	40
RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES, MATAS CILIARES E ÁREAS DEGRADADAS	PROGRAMA	01
RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES, MATAS CILIARES E ÁREAS DEGRADADAS - PRODETUR NACIONAL	PROGRAMA	01
	FROORAINA	<u> </u>
59 – PROÁGUA	DEDOENTHAL	F0
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA PROGRAMAÇÃO DO PROÁGUA NACIONAL	PERCENTUAL	50
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DE BOCAINA	PERCENTUAL	50
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DE PIAUS	PERCENTUAL	50
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA		
25 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
INCLUSÃO SOCIAL, DIGITAL E PRODUTIVA	PESSOA	28.00
GARANTIA DA CIDADANIA	FAMÍLIA	110.000
26 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		03
26 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA PARA PESSOAS COM DIREITOS VIOLADOS	CENTRO	
ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA PARA PESSOAS COM DIREITOS VIOLADOS	CENTRO CENTRO	04
26 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA PARA PESSOAS COM DIREITOS VIOLADOS  ENFRENTAMENTO AO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS  CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE INTERNAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVO		





**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES** (ART. 165, § 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) META ÓRGÃO / PROGRAMA / ACÃO UNIDADE DE MEDIDA QUANTIDADE ATENDIMENTO AS PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE **PESSOA** 56.876 IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE **MUNICÍPIO** 225 ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE **PESSOA** 500 ATENDIMENTO À ADOLESCENTE EM UNIDADES DE SISTEMAS SOCIOEDUCATIVOS, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E PLANTÃO INTER INSTITUCIONAL, SEMI LIBERDADE, FAMILIARES **E EGRESSOS** UNIDADE 09 27 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA **MUNICÍPIO** 225 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE **UNIDADE** 01 CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS **EVENTO** 03 CO-FUNCIONAMENTOS DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB) E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL **MUNICÍPIO** 225 **FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA** UNIDADE 01 CONSELHO F INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAS COMISSÃO 80 INCLUSÃO DE USUÁRIOS E GRUPOS ESPECÍFICOS PARA ACESSO A PROGRAMAS/PROJETOS E BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL **PESSOA** 60.00 COORDENADORIA DE DIREITOS HUMANOS E DA JUVENTUDE 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MODERNIZAÇÃO DA COORDENADORIA - CDHJ UNIDADE 01 28 - DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS E DE TERREIROS **AGENDA** 01 ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE **PLANO** 01 ARTICULAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL **PROGRAMA** 01 PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO **PLANO** 01 PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DAS DIVERSIDADES **PROGRAMA** 01 PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA E PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS **PROGRAMA** 01 PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES **PACTO** 01 PROMOÇÃO, EXECUÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS **PLANO** 01 42 - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO ARTICULAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO DE MULHERES E JOVENS **PROGRAMA** 01 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA **EQUIMAMENTO E** MODERNIZAÇÃO E RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS MOBILIÁRIO 10 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA CCOM COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO **EQUIPAMENTO** 10 06 - TRANSPARÊNCIA PARA O CIDADÃO COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO À SOCIEDADE **CAMPANHA** 50 GOVERNO TRANSPARENTE - CAMPANHAS EDUCATIVAS E INSTITUCIONAIS CARTILHA / FOLHETO 35.000 PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES **IMPRESSO** 100.000 07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA CCOM **PESSOA** 20 10 - FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS QUALIFICAÇÃO DE COMUNICADORES POPULARES **PESSOA** 70 ESTÍMULO À FORMAÇÃO DE CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO NO ESTADO SEMINÁRIO / OUTRO 10 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO 04 - APOIO ADMINISTRATIVO CONTRATAÇÃO E TREINAMENTO DE NOVOS SERVIDORES PÚBLICOS LINIDADE 120 CONCURSOS PÚBLICOS UNIDADE 02 05 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



UNIDADE

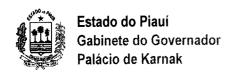
**EQUIPAMENTO** 

01

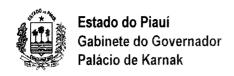
40

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

INFORMATIZAÇÃO DA DEFENSORIA

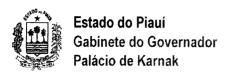


(AR1. 105, § 2° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)  ADOÃO (ARDOCRAMA (ACÃO)  META		
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
7 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
QUALIFICAÇÃO E APRIMORAMENTO DOS SERVIDORES PARA MELHOR DESEMPENHO	ATIVIDADE	07
0 – FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS		
FORTALECIMENTO DA ARTICULAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COM OS DEMAIS ÓRGÃOS	ADTICIU AÇÃO	05
ESTADUAIS	ARTICULAÇÃO	
8 - DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	ATENDIMENTO	900
ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTO	
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	ATENDIMENTO	1.800
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PRESOS	ATENDIMENTO	2.000
NÚCLEO AVANÇADO DE DEFESA DOS PRESOS PROVISÓRIOS FORTALECIMENTO DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO	NÚCLEO NÚCLEO	03
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI BALÇÃO DE DIREITOS - ASSENTADOS E ACAMPADOS RURAIS	ATENDIMENTO	2,200
		2.000
ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	ATENDIMENTO NÚCLEO	18
REGIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA		1.800
BALCÃO DE DIREITOS	ATENDIMENTO	
CONDENADOS DO ESTADO DO PIAUÍ	NÚCLEO	03
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E O ADOLESCENTE	ATENDIMENTO	6.000
PROJETO JUSTIÇA COMUNITÁRIA EM TERESINA	ATENDIMENTO	1.080
JUSTIÇA INTINERANTE	ATENDIMENTO	5.000
2 – PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA		7.000
PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS	ATENDIMENTO	7.000
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		
DS – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS SETORIAIS DA PGE NAS SECRETARIAS DO ESTADO	NÚCLEO	07
IMPLANTAÇÃO DE NOCLEOS SETONIAIS DA POE NÃO SECRETARIAO DO ESTADO	1100220	
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO		
D5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CGE	SISTEMA	01
REESTRUTURAÇÃO FÍSICA, MOBILIÁRIA E DE EQUIPAMENTOS DA CGE	PERCENTUAL	25
07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA CGE	PESSOA	30
09 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		
AÇÕES DE CONTROLE INTERNO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS	PERCENTUAL	25
ATIVIDADES DE AUDITORIA NOS ÓRGÃOS, ENTIDADES E PROGRAMAS DO PODER		***
EXECUTIVO ESTADUAL	UNIDADE	70
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CGE	EQUIPAMENTO	20
SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		
07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	DECCO.	
EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA SEID	PESSOA	80
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
INFORMATIZAÇÃO DA SEID	EQUIPAMENTO	20
31 - INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
FUNDO ESTADUAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - FUNEDE	UNIDADE	01
MANUTENÇÃO DO CONEDE/PI	UNIDADE	01
MONITORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DAS PCD'S	UNIDADE	40
CAPACITAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA	PESSOA	1.000
MONITORAMENTO DA REDE ESTADUAL DE ACESSIBILIDADE	MUNICÍPIO	225
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	MUNICÍPIO	12
SOCIEDADE INCLUSIVA	EVENTO	06
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ERRADICAÇÃO DA FOME		
29 – DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
APOIO AOS CONSELHOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	PESSOA	600
UNIDADES PRODUTIVAS LOCAIS	MUNICÍPIO	12
		223
MONITORAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	MUNICÍPIO	223



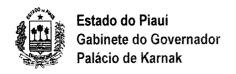
ÓRGÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
HORTA COMUNITÁRIA	HORTA	12
MONITORAMENTO DO PROGRAMA DO LEITE FLUÍDO	MUNICÍPIO	100
FORTALECIMENTO DE GUARIBAS E ACAUÃ	MUNICÍPIO	02
0 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL		
FORTALECIMENTO DOS CONSAD'S NO BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE	FAMÍLIA	130
MANUTENÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA DE EXTRATO HIDROSSOLÚVEL DE SOJA (LEITE DE		
SOJA)	LITRO	576.000
MANUTENÇÃO DO PROJETO DE AVÍCULTURA ALTERNATIVA	FAMÍLIA	112
DIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA COMUNIDADE	PESSOA	14.000
EDUCAÇÃO ALIMENTAR ( SABIÁ )	PESSOA	1.800
MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR	REFEIÇÃO	324.000
EXECUÇÃO DO PROJETO DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADO E SUSTENTÁVEL	FAMÍLIA	108
MANUTENÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA	REFEIÇÃO	72.000
2 - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO		
EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS	GRUPO	10
MULHERES QUE TECEM NA PAZ	MULHER	36
ORPO DE BOMBEIROS MILITAR		
5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
APARELHAMENTO E EQUIPAMENTO PARA AS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS	UNIDADE	125
MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	EQUIPAMENTO	125
7 – QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	· 1.118.47	
QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL	PESSOA	125
4 – PREVENÇÃO E AÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES		
CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PERÍCIA DE INCÊNDIOS	EQUIPAMENTO	50
CRIAÇÃO, APARELHAMENTO BÁSICO E CAPACITAÇÃO DE GRUPAMENTO CIVIL NAS		
	DECCOA	22
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL SECRETARIA DAS CIDADES	PESSOA CISTERNA E BOMBA	23 60
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS	4.4	
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	CISTERNA E BOMBA  UNIDADE	05
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS 14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES	CISTERNA E BOMBA	60
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ	UNIDADE  EQUIPAMENTO	05 20
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	CISTERNA E BOMBA  UNIDADE	05
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS 14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES 15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE	05 20 325
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE	05 20 325 05
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS 14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE	05 20 325 05 02
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS 14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA	05 20 325 05 02 30
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²	05 20 325 05 02 30 50.000
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  4 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  4 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  55 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  66 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²  UNIDADE  SISTEMA	05 20 325 05 02 30 50.000 05
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES 14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS 14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES 15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DA MANEJO HIDROAMBIENTAL REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTRUÇÃO DE PORTAIS IDENTIFICADORES NOS MUNICÍPIOS	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	UNIDADE  UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  35 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTRUÇÃO DE PORTAIS IDENTIFICADORES NOS MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  35 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL  REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E PARALELEPIPEDO NOS MUNICÍPIOS DO	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  MONICIPIO	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10 04 52
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ	UNIDADE  UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  4 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  4 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  5 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  6 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL  REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO POLIÉDRICA E PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  MIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10 04 52
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  4 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  4 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  15 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  16 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL  REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO POLIÉDRICA E PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  MONICIPIO	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10 04 52 30.000
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  4 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  4 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  55 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  66 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL  REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  MUNICÍPIO  M²  KM  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 10 04 52 30.000
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  44 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  45 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  55 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  66 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  OBRA  M²  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  MUNIDADE  MUNICÍPIO  M²  KM  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 10 04 52 30.000 150 20
PRINCIPAIS CIDADES PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES 44 - APOIO ADMINISTRATIVO CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS 45 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES 45 - HABITAR PIAUÍ CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS 66 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DE VIAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  MUNICÍPIO  M²  KM  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 10 04 52 30.000
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  14 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  35 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA E PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS  SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DE VIAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  37 - SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA	UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  MUNICIPIO  M²  KM  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10 04 52 30.000 150 20 20 05
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  24 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  35 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA E PARALELEPIPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DE VIAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  37 - SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA	UNIDADE  EQUIPAMENTO  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  MUNICÍPIO  M²  KM  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  MUNICÍPIO  M²  KM  UNIDADE   05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10 04 52 30.000 150 20 05 50.000	
PRINCIPAIS CIDADES  PREVENÇÃO CONTRA INCÊNCIO EM RESERVA AMBIENTAL  SECRETARIA DAS CIDADES  34 - APOIO ADMINISTRATIVO  CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONSELHOS  14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO  INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES  35 - HABITAR PIAUÍ  CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS  36 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO  CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE POUSO  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS  INFRAESTRUTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO  IMPLEMENTAÇÃO DA DRENAGEM URBANA  IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO HIDROAMBIENTAL  REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS  OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS  CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA E PARALELEPÍPEDO NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS EM REVESTIMENTO  PRIMÁRIO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS  CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS  SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DE VIAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ  37 - SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA	UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  UNIDADE  SISTEMA  UNIDADE  UNIDADE  MUNICIPIO  M²  KM  UNIDADE	05 20 325 05 02 30 50.000 05 05 10 04 52 30.000 150 20 20 05





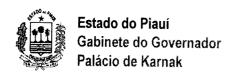
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	A QUANTIDADE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN	×=	
3 - PROCESSO JUDICIÁRIO		
JUIZADO ESPECIAL DE TRÂNSITO	PESSOA	300
D5 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE FÍSICA E TECNOLÓGICA DO DETRAN	EQUIPAMENTO	20
MUDANÇA DA PLATAFORMA DE SISTEMA OPERACIONAL	UNIDADE	01
32 - PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA		<del></del>
APOIO AO CONSÓRCIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	MUNICÍPIO	30
CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	CAMPANHA	08
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO ENSINO MÉDIO	CAMPANHA	08
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ - ADH		
85 – HABITAR PIAUÍ		
MELHORIA HABITACIONAL	CASA	2.000
SEMEANDO MORADIA RURAL E URBANA	CASA	2.000
AUTOFINANCIAMNETO HABITACIONAL	CASA	1.200
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES / PROGRAMAS GOVERNO FEDERAL	CASA	28.000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	LOTE	25.000
FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	2.000
REGULARIZAÇÃO E AVERBAÇÃO FUNDIÁRIA	UNIDADE	35.200
SECRETARIA DOS TRANSPORTES		
04 – APOIO ADMINISTRATIVO		
CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA SETRANS	UNIDADE	15
GERENCIAMENTO DE TERMINAL	UNIDADE	03
D5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
INFORMATIZAÇÃO DA SETRANS	PERCENTUAL	30
FISCALIZAÇÃO NAS RODOVIAS ESTADUAIS (PI'S) E FEDERAIS DELEGADAS	PERCENTUAL	15
77 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	113
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM TRÂNSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS	DEDOENTHAL	50
INFORMATIZAÇÃO DA SETRANS - CONTROLE DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS	PERCENTUAL	50
ESTADUAIS	PERCENTUAL.	70
36 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO		
IMPLANTAÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO NAS PI'S E FEDERAIS		
DELEGADAS	PERCENTUAL	70
IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, PONTES, BUEIROS, PASSAGENS MOLHADAS E SINALIZAÇÃO	1/84	400
IMPLANTAÇÃO E REFORMA DE OBRAS MULTIMODAIS	KM UNIDADE	400 05
PORTO DE LUÍS CORREIA	PERCENTUAL	40
RECUPERAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	KM	800
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	KM	500
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	UNIDADE	30
IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO NAS BR'S 235/PI, 020/PI, 222/PI ( DNIT RODOVIAS )	KM	330
IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	UNIDADE	04
IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO NAS ESTRADAS E RODOVIAS	KM	425
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL ( RODOVIAS E ESTRADAS ) PI'S E FEDERAIS	I/IAI	420
DELEGADAS	KM	2.455
8 – DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL		
IMPLANTAÇÃO, REFORMA E/OU HOMOLOGAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS	UNIDADE	20
FERROVIA TRANSNORDESTINA	KM	15
IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA PORTUÁRIA FLUVIAL	UNIDADE	10
RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA	PERCENTUAL	20
HIDROVIA DOS RIOS PARNAÍBAS E POTY	PERCENTUAL	20
ESTUDOS , PROJETOS E DESAPROPRIAÇÃOES	PERCENTUAL	30





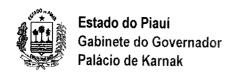
ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	MET	
ORGAO / PROGRAMA / AÇAO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DO PIAUÍ- DER/PI		
4 – APOIO ADMINISTRATIVO		
REFORMA DA SEDE DO DER - PI E DOS NÚCLEOS RODOVIÁRIOS	M²	2.400
07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	SMCF11MAGE 1	
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	UNIDADE	05
14 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO		
DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS E RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UNIDADE	25
8 – DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL		
RENOVAÇÃO DA FROTA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DO DER - PI	UNIDADE	02
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	KM	4.221
CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE OBRAS D'ARTES ESPECIAIS	METRO	300
RESTAURAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	KM	723
REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	KM	20
99 – INTEGRAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA		
PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA AOS MUNICÍPIOS	KM	200
40 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	********	
REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO	1/8.4	^^
TURISMO - PRODETUR / NE-II  RESTAURAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS DO PÓLO COSTA DO DELTA	KM	90
DO RIO PARNAÍBA - PRODETUR / NE II	KM	90
COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES PÚBLICOS - CMTP		
D5 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SEDE ADMINISTRATIVA DA CMTP	UNIDADE	01
38 - DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL		
MODERNIZAÇÃO DE MATERIAL RODANTE	UNIDADE	4
RAMAL TERESINA - ALTOS	KM	10
ESTUDO DE VIABILIZAÇÃO TÉCNICA PARA EXPANSÃO DOS RAMAIS METROVIÁRIOS DE		
TERESINA	PERCENTUAL	40
LINHA ALTOS - PARNAÍBA	KM_	75
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA FERROVIÁRIO	PERCENTUAL	30
SECRETARIA DO TURISMO		
40 – DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL		
ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE MUNICIPAL PARA		
IMPLEMENTAÇÃO DO CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	PLANO	04
MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ADRS	MÊS	12
INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DE LAZER	UNIDADE	20
IMPLEMENTAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	PRODUTO	20
ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO LOCAL ASSOCIADA AO TURISMO	PRODUTO	04
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	MUNICÍPIO	50
IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO DAS SERRAS E DE SETE CIDADES	ROTEIRO	04
IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO - ROTA DAS EMOÇÕES	ROTEIRO	08
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TURISMO	CURSO	100
APOIAR, PROMOVER E REALIZAR EVENTOS TURÍSTICOS	EVENTO	30
ELABORAR PROJETOS EXECUTIVOS PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	PROJETO	50
SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO POLO COSTA DO DELTA - PRODETUR / NE / II	MUNICÍPIO	04
FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE MUNICIPAL PARA A GESTÃO DO TURISMO NO POLO		
COSTA DO DELTA - PRODETUR / NE II	UNIDADE	04
PESQUISA DIAGNÓSTICA E PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO POLO COSTA		04
DO DELTA - PRODETUR / NE II	UNIDADE	01
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL - PRODETUR / NE II	UNIDADE	04
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA SETUR - PRODETUR / NE II	PRODUTO	01
CONSTRUÇÃO DA AVENIDA ORLA DO AÇUDE JOANA EM PEDRO II - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
ESTRUTURAÇÃO TURÍSTICA DA AVENIDA DA ORLA DO AÇUDE JOANA EM PEDRO II -	ODDA	01
PRODETUR NACIONAL  URBANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS EM CORONEL JOSÉ DIAS -	OBRA	UI
PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
I NODE I ON MACIONAL		





ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		TA
ESTRUTURAÇÃO TURÍSTICA DA AVENIDA ORLA DO RIO SÃO NICOLAU EM SANTA CRUZ DO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
MILAGRES - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - PRODETUR NACIONAL	PROJETO	10
EXECUÇÃO DE PROJETOS - PRODETUR NACIONAL	UNIDADE	05
URBANIZAÇÃO DO POVOADO COQUEIRO EM LUÍS CORREIA - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
URBANIZAÇÃO DA LAGOA DO PORTINHO EM PARNAÍRA - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
EXECUÇÃO DOS PLANOS DE FORTALECIMENTO DO ROTEIRO INTEGRADO JERI, DELTA	OBITA	01
LENÇOIS - ROTA DAS EMOÇÕES	PLANO	04
URBANIZAÇÃO DO RIO IGARAÇU EM PARNAÍBA - PRODETUR NACIONAL	OBRA	01
CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS TURÍSTICOS	UNIDADE	20
MELHORIA E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS ACESSOS URBANOS	MUNICÍPIO	05
MELHORIA E IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E ESPECIAL EM ATRATIVOS TURÍSTICOS		
	MUNICÍPIO	10
IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS DE LIMPEZA PÚBLICA EM ÁREAS URBANAS	MUNICÍPIO	10
IAUÍ TURISMO – PIEMTUR		
O – DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL		
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO ESTADO - PRODETUR		
NACIONAL	UNIDADE	05
EVECUÇÃO DO DOQUETO DE OUTUBO A COMPANSA DE OUTUBO		
EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO ESTADO - PRODETUR NACIONA	AL MUNICÍPIO	05
POLÍTICA ESTADUAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIDORES E TURÍSTAS- PRODETUR NACIONAL	EVENTO	30
PRIORIZAÇÃO E MELHORIA DOS ROTEIROS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO - PRODETUR NACIONAL		- W
PROMOÇÃO DA IMAGEM NOS DESTINOS TURISTÍCOS DO ESTADO - PRODETUR NACIONAL	UNIDADE	20
PROMOÇÃO, MARKETING E APOIO AO TURISMO	UNIDADE	15
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO SETOR TURÍSTICO	PROMOCIONAL	04
EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICO DO PÓLO COSTA DO DELTA -	CURSO	05
PRODETUR / NE II	LIMIDADE	•
SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS	UNIDADE	20
APOIO AOS EVENTOS TURÍSTICOS	MUNICÍPIO	04
REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	EVENTO	12
IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ	PERCENTUAL	20
	MUNICÍPIO	10
ECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO		
5 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		-
EXPANSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	UNIDADE	03
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	10
7 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SINE	PESSOA	30
VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	PESSOA	50
- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		
CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE EMPREGO	COMISSÃO	10
- DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	COMMODIA	10
DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	UNIDADE	02
S – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	OHIDABL	
MANUTENÇÃO DO SEGURO DESEMPREGO	PESSOA	50.000
- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	T EOOOA	30.000
ATENÇÃO ESPECIAL A GRUPOS VULNERÁVEIS - SINE	PESSOA	42 900
- INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	FLOOUA	42.800
ATENÇÃO QUALIFICATIVA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - SINE	PESSOA	100
- DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	FESSUA	100
FORTALECIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO ESTADO	DECCOA	
TONTALEORMENTO DO POLO TURISTICO DO ESTADO	PESSOA	3.210
	DECCO:	
FORTALECIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO POTY VELHO	PESSOA	100
FORTALECIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO POTY VELHO FORTALECIMENTO DO POLO DE SAÚDE TERESINA	PESSOA PESSOA	100 1.500
FORTALECIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO POTY VELHO FORTALECIMENTO DO POLO DE SAÚDE TERESINA - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO	PESSOA	1.500
FORTALECIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO POTY VELHO FORTALECIMENTO DO POLO DE SAÚDE TERESINA  - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO FOMENTO EMPRESARIAL	PESSOA EMPRESA	1.500
FORTALECIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO POTY VELHO FORTALECIMENTO DO POLO DE SAÚDE TERESINA - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO	PESSOA	1.500

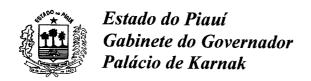


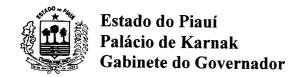


## ANEXO I - METAS E PRIORIDADES (ART. 165, § 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	MET	Α
	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
43 – INTERMEDIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		
IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO	·	
PROFISSIONAL DE JOVENS EM ÁREAS AFINS DOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ	UNIDADE	10
PROJOVEM TRABALHADOR	PESSOA	8.500
PROJOVEM URBANO	PESSOA	16.000
CENTRO DO TRABALHADOR AUTÔNOMO	PESSOA	500
INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA AO MERCADO DE TRABALHO	PESSOA	7,500
SINE MÓVEL	UNIDADE	02
JOVEM TRABALHADOR	PESSOA	10.000
BOLSA PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS	BOLSA	500
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO	UNIDADE	01
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL		-
07 - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	<del></del>	
CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE DEFESA CIVIL	PESSOA	300
34 – PREVENÇÃO E AÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES		
ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES	FAMÍLIA	42.390
APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES	PERCENTUAL	100
RECUPERAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS POR DESASTRES	PERCENTUAL	100
APOIO AOS ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS NO COMBATE AOS SINISTROS	COORDENAÇÃO	224
58 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO		
IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E FORTALECIMENTO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA NO		
ESTADO	PERCENTUAL	100







## **Demonstrativos I, II e III**

(Art. 4°, § 1° e 2° da Lei Complementar nº 101/2000)

## **METAS ANUAIS**

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, LDO 2010, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado como percentual do Produto Interno Bruto – PIB para o exercício e indica as metas de 2011 e 2012. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico, as metas são revistas objetivando manter uma política fiscal responsável.

As metas de resultado primário são fixadas de modo a garantir a solvência intertemporal da dívida pública. De sua parte, o resultado nominal e o estoque da dívida pública são indicativos, uma vez que são influenciados por uma gama de fatores que fogem ao controle direto do governo.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-fiscal e o desenvolvimento sustentado do Estado. Essa política busca criar as condições necessárias para redução gradual do endividamento público em relação ao PIB e tem o compromisso de promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas à implementação de políticas sociais distributivas e à realização de investimentos em infra-estrutura.

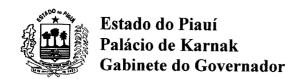
De outra parte, o governo vem se empenhando na melhoria da qualidade da tributação, no aperfeiçoamento dos mecanismos arrecadação, fiscalização e controle, o que tem reduzido a evasão e elisão fiscal, possibilitado o contínuo crescimento da receita tributária e, por conseqüência, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas ano a ano.

Em 2008, o Resultado Primário foi de 1,89% do PIB. As Receitas Primárias atingiram o patamar de 26,03% do PIB. As Despesas Primárias atingiram 24,14% do PIB no exercício.

Projeções para 2010 apontam um crescimento real do PIB da ordem de 3,50%. Para esse desempenho deverão contribuir os efeitos provocados pela crise econômica e financeira, onde certamente haverá tímido crescimento do consumo, provocado pela diminuição da massa salarial, do crédito pessoal e do investimento privado.

Para 2010 a meta de Superávit Primário para o setor público está fixada em 2,09% do PIB. Essa meta é compatível com a relação dívida/PIB, conforme demonstram as tabelas do Anexo de Metas Fiscais.



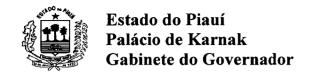


A Receita Fiscal do Estado deverá se estabilizar em 25,73% do PIB no próximo triênio, o que representa uma variação muito pequena em relação ao exercício de 2008. Já a Despesa Primária deverá se comportar de forma semelhante, fixando-se em 23,65% do PIB. Esse desempenho possibilitará o cumprimento das metas de Superávit Primário estabelecidas pelo Governo do Estado para o período.

O estabelecimento do Superávit Primário nos níveis consignados e o crescimento da economia a uma taxa real de 3,50% em 2010 e de 4,00% no biênio 2011-2012 permitem a constante relação da Dívida Pública consolidada como proporção do PIB, que deverá atingir 12,71% em 2010 e assim permanecer nos dois anos seguintes, caso seja confirmada as projeções das taxas de juros e de câmbio no período.

As metas estabelecidas para o triênio 2010-2012 reafirmam o compromisso do governo do Estado com a responsabilidade fiscal, com o equilíbrio das contas públicas, com o crescimento sustentado da economia e com a inclusão social.





## **METAS ANUAIS**

Demonstrativo I - LRF, art. 4º, § 1º - Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE/1.604/2007

R\$ milhares

		2010			2011			2012	
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	4.830.471	4.640.222	27,45	5.229.468	4.457.387	27,45	5.661.422	5.018.991	27,45
Receitas Primárias (I)	4.527.698	4.349.374	25,73	4.901.686	4.178.000	25,73	5.306.565	4.704.402	25,73
Despesa Total	4.830.471	4.640.222	27,45	5.229.468	4.457.388	27,45	5.661.422	5.018.991	27,45
Despesas Primárias (II)	4.160.743	3.996.871	23,65	4.504.420	3.839.386	23,65	4.876.485	4.323.125	23,65
Resultado Primário (III) = (I - II)	366.955	352.502	2,09	397.266	338.613	2,09	430.080	381.276	2,09
Resultado Nominal	-77.406	-74.357	-0,44	-83.800	-71.428	-0,44	-90.722	-80.427	-0,44
Dívida Pública Consolidada	2.236.625	2.148.535	12,71	2.421.370	2.063.878	12,71	2.621.375	2.323.914	12,71
Dívida Consolidada Líquida	2.004.353	1.925.411	11,39	2.169.913	1.849.546	11,39	2.349.147	2.082.577	11,39

## FONTES:

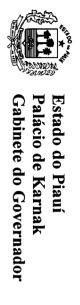
1) Projeções COEFI

2) Valores deduzidos para Despesa Primária, fornecidos pela UNICON .

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se os Parâmetros Macroeconômicos Projetados:

VARIÁVEIS	2010	2011	2012
PIB - Crescimento real (%)	3,50	4,00	4,00
IPCA %	4,10	4,10	4,10
Câmbio ( R\$ / US\$-final de período - dezembro)	2,25	2,25	2,25
PIB do Estado (R\$ milhares)	17.595.405	19.049.489	20.623.739

Fonte: Banco Central do Brasil, março 2009 / SEFAZ-PI/COEFI.



## **METAS ANUAIS**

Demonstrativo I - LRF, art. 4º, § 1º - Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE/1.604/2007

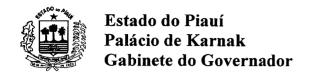
R\$ milhares

		2010			2011			2012	
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total 4.	4.830.471	4.640.222	27,45	5.229.468	4.457.387	27,45	5.661.422	5.018.991	27,45
Receitas Primárias (I) 4.	4.527.698	4.349.374	25,73	4.901.686	4.178.000	25,73	5.306.565	4.704.402	25,73
Despesa Total 4.	4.830.471	4.640.222	27,45	5.229.468	4.457.388	27,45	5.661.422	5.018.991	27,45
nárias (II)	4.160.743	3.996.871	23,65	4.504.420	3.839.386	23,65	4.876.485	4.323.125	23,65
= (I - II)	366.955	352.502	2,09	397.266	338.613	2,09	430.080	381.276	2,09
	-77.406	-74.357	-0,44	-83.800	-71.428	-0,44	-90.722	-80.427	-0,44
Dívida Pública Consolidada 2.	2.236.625	2.148.535	12,71	2.421.370	2.063.878	12,71	2.621.375	2.323.914	12,71
Dívida Consolidada Líquida 2.	2 004 353	1.925.411		2 169 913	1 849 546	11.39	2.349.147	2 082 577	11.39

FONTES: 1) Projeções COEFI 2) Valores deduzidos para Despesa Primária, fornecidos pela UNICON . 2) Valores deduzidos metas foi realizado considerando-se os Parâmetros Macroeconômicos Projetados: Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se os Parâmetros Macroeconômicos Projetados:

VARIÁVEIS	2010	2011	2012
PIB - Crescimento real (%)	3,50	4,00	4,00
IPCA %	4,10	4,10	4,10
Câmbio ( R\$ / US\$-final de período - dezembro)	2,25	2,25	2,25
PIB do Estado (R\$ milhares)	17.595.405	19.049.489	20.623.739

Fonte: Banco Central do Brasil, março 2009 / SEFAZ-PI/COEFI.



## **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR** Demonstrativo II - LRF, art. 4°, §2°, inciso I - Portaria STN N° 577/2008 e Resolução TCE N° 1.604/2007

R\$ milhares

_	Metas Previstas em		Metas Realizadas em		Vari	ação
ESPECIFICAÇÃO	2008	% PIB	2008	% PIB	Valor	%
	(a)		(b)		(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	4.363.150	44,55	4.319.352	26,45	-43.798	
Receitas Primárias (I)	3.792.818	38,72	4.251.118	26,03	458.300	12,08
Despesa Total	3.873.441	39,55	4.380.474	26,82	507.033	
Despesas Primárias (II)	3.480.842	35,54	3.942.266	24,14		·
(I-II)	311.976	3,19	308.852	1,89	-3.124	·
Resultado Nominal	129.161	1,32	-133.338	· 1		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Dívida Pública Consolidada	2.368.894	24,19	2.547.979	15,60		· ·
Dívida Consolidada Líquida	1.539.781	15,72	2.308.190		i	•

FONTE: Lei Orçamentária Anual - LOA 2008 E Balanço Geral do Estado 2008 E RREO 6º Bim / 2008.

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ 1.000
PIB previsto em 2008	9.794.504
PIB previsão atual para 2008	16.330.828

FONTE: LDO 2008, FIBGE e Projeções SEFAZ/COEFI.



## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Demonstrativo II - LRF, art. 4º, §2º, inciso I - Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE Nº 1.604/2007

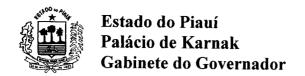
						R\$ milhares
1	Metas Previstas em		Metas Realizadas em		Variação	ıção
ESPECIFICAÇÃO	2008	% PIB	2008	% PIB	Valor	%
	(a)		(b)		(c) = (b-a)	$(c/a) \times 100$
Receita Total	4.363.150	44,55	4.319.352	26,45	8	-1,00
Receitas Primárias (I)	3.792.818	38,72	4.251.118		458.300	12,08
Despesa Total	3.873.441	39,55	4.380.474	26,82	507.033	13,09
Despesas Primárias (II)	3.480.842	35,54	3.942.266	24,14	461.424	13,26
(I-II)	311.976	3,19	308.852	1,89	-3.124	-1,00
Resultado Nominal	129.161	1,32	-133.338	-0,82	-262,499	-203,23
Dívida Pública Consolidada	2.368.894	24,19	2.547.979	15,60	179.085	7,56
Dívida Consolidada Líquida	1.539.781	15,72	2.308.190	14,13	768.409	49,90
FONTE: Lei Orcamentária Anual - LOA 2008 E Balanco Coral do Estado 2008 E BBEO 60 Bim / 2008	200 2008 F Raise	o Geral de	Ectado 2000 E BBEO 60	DOC / Mid		

FONTE: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2008 E Balanço Geral do Estado 2008 E RREO 6º Bim / 2008.

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ 1.000
PIB previsto em 2008	9.794.504
PIB previsão atual para 2008	16.330.828
CONTE: I DO 2000 FIDE & Design CEFTA CONFET	

FONTE: LDO 2008, FIBGE e Projeções SEFAZ/COEFI.





## **METAS ANUAIS**

(Art. 4°, § 1° e 2° da Lei Complementar n° 101/2000)

## METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários e podem ser alterados ao longo dos exercícios. Para muitos deles sequer se dispõe de metodologias seguras de estimativa e mensuração.

Em sendo assim, qualquer exercício de projeção de valores futuros de séries temporais deve ser, em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores estimados não devem ser interpretados como precisos, mas sim um dado em torno do qual pode-se estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

I - RECEITA FISCAL - Para 2010 foi apurada conforme metodologia descrita abaixo.

## a) Tributos

As projeções do ICMS, IPVA, ITCD e Taxas foram realizadas pela Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais – COEFI / Unidade de Administração Tributária - UNATRI da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, utilizando-se de premissas e de dados a seguir consignados.

O passado observado de séries temporais normalmente revela um padrão em termos de tendência e ciclos que permite a extrapolação para valores futuros. Em função do exposto acima, esta extrapolação não deve necessariamente produzir valores exatos de previsão. Entretanto, ela representa o que de melhor se pode inferir acerca do comportamento futuro de uma variável, mediante padrões revelados em seu passado, sem a necessidade de se lançar mão de todas as informações que um modelo de descrição completo do comportamento dos agentes econômicos requeriria.

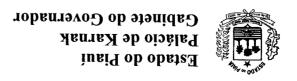
Assim sendo, utilizou-se a série histórica dos Tributos objeto de medidas de projeções.

Além do método citado, considerou-se, ainda, as metas de crescimento do IPCA e dos PIB estadual e nacional, o esforço fiscal da Fazenda Estadual, bem como a modernização tecnológica em implantação, que tem permitido um maior e melhor controle sobre a arrecadação do Estado.

## b) Transferências correntes

Relativamente às Transferências Correntes foram utilizados os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional como referenciais, e os indicadores do IPCA e PIB.





## METAS ANUAIS

(Art.  $4^{\circ}$ , §  $1^{\circ}$  e  $2^{\circ}$  da Lei Complementar  $n^{\circ}$  101/2000)

## METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários e podem ser alterados ao longo dos exercícios. Para muitos deles sequer se dispõe de metodologias seguras de estimativa e mensuração.

Em sendo assim, qualquer exercício de projeção de valores futuros de séries temporais deve ser, em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores estimados não devem ser interpretados como precisos, mas sim um dado em torno do qual pode-se estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

 I - RECEITA FISCAL - Para 2010 foi apurada conforme metodologia descrita abaixo.

## a) Tributos

As projeções do ICMS, IPVA, ITCD e Taxas foram realizadas pela Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais – COEFI / Unidade de Administração Tributária - UNATRI da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, utilizando-se de premissas e de dados a seguir consignados.

O passado observado de séries temporais normalmente revela um padrão em termos de tendência e ciclos que permite a extrapolação para valores futuros. Em função do exposto acima, esta extrapolação não deve necessariamente produzir valores exatos de previsão. Entretanto, ela representa o que de melhor se pode inferir acerca do comportamento futuro de uma variável, mediante padrões revelados em seu passado, sem a necessidade de se lançar mão de todas as informações que um modelo de descrição completo do comportamento dos agentes econômicos requeriria.

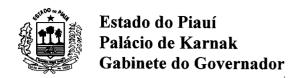
Assim sendo, utilizou-se a série histórica dos Tributos objeto de medidas de projeções.

Além do método citado, considerou-se, ainda, as metas de crescimento do IPCA e dos PIB estadual e nacional, o esforço fiscal da Fazenda Estadual, bem como a modernização tecnológica em implantação, que tem permitido um maior e melhor controle sobre a arrecadação do Estado.

Transferências correntes

Relativamente às Transferências Correntes foram utilizados os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional como referenciais, e os indicadores do IPCA e PIB.

by



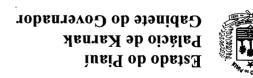
## c) Demais contas

Para as demais rubricas lançamos mão das informações nos encaminhadas oficialmente tanto pelos órgãos da Administração Direta quanto indireta, inclusive fundações e empresas; da análise das receitas realizadas e sobre os valores apurados foram aplicados o IPCA e o PIB estimados para cada exercício.

II - RESULTADO PRIMÁRIO - Diferença entre o total da receita e o total da despesa, excluídas, para ambos os casos, as parcelas relacionadas à dívida, aplicações financeiras, operações de crédito, amortizações de empréstimos e alienação de bens.

**III - RESULTADO NOMINAL** - Resultado primário, acrescidos juros recebidos e subtraídos os juros e encargos da dívida.

R



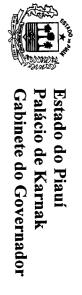
## c) Demais contas

Para as demais rubricas lançamos mão das informações nos encaminhadas oficialmente tanto pelos órgãos da Administração Direta quanto indireta, inclusive fundações e empresas; da análise das receitas realizadas e sobre os valores apurados foram aplicados o IPCA e o PIB estimados para cada exercício.

II - RESULTADO PRIMÁRIO - Diferença entre o total da receita e o total da despesa, excluídas, para ambos os casos, as parcelas relacionadas à dívida, aplicações financeiras, operações de crédito, amortizações de empréstimos e alienação de bens.

III - RESULTADO NOMINAL - Resultado primário, acrescidos juros recebidos e subtraídos os juros e encargos da dívida.

7)



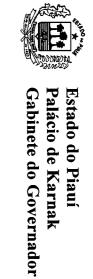
# METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES Demonstrativo III - (LRF, art.4°, §2°, inciso II; Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE Nº 1.604/2007

				VALC	RES A F	VALORES A PREÇOS CORR	ORRENTES			R\$ n	R\$ milhares
ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	3.072.287	3.760.212	22,39	4.384.441	16,60	4.830.471	10,17	5.229.468	8,26	5.661.422	8,26
Receitas Primárias (I)	2.775.799	3.624.080	30,56	4.090.894	12,88	4.527.698	10,68	4.901.686	8,26	5.306.565	8,26
Despesa Total	3.072.287	3.760.212	22,39	4.384.441	16,60	4.830.471	10,17	5.229.468	8,26	5.661.422	8,26
Despesas Primárias (II)	2.543.873	3.383.458	33,00	3.867.357	14,30	4.160.743	7,59	4.504.420	8,26	4.876.485	8,26
Resultado Primário (III) = (I - II)	231.926	240.622	3,75	223.537	-7,10	366.955	64,16	397.266	8,26	430.080	8,26
Resultado Nominal	6.387		1.505,82	129.947	26,70	-77.406	-159,57	-83.676	8,10	-90.722	8,42
Dívida Pública Consolidada	2.539.702	2.368.894	-6,73	2.472.921	4,39	2.236.625	-9,56	2.421.370	8,26	2.621.375	8,26
Dívida Consolidada Líquida	2.380.281	1.954.448	-17,89	1.860.292	-4,82	-4,82 2.004.353	7,74	7,74 2.169.913	8,26	8,26 2.349.147	8,26

										R\$ n	R\$ milhares
				VALOR	<b>VALORES A PREÇOS</b>		CONSTANTES				
ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	2.939.988	3.598.289	22,39	4.214.587	17,13 4.640.	4.640.222	10,10	4.457.387	-3,94	5.018.991	12,60
Receitas Primárias (I)	2.656.267	3.468.019	30,56	4.106.107	18,40	4.349.374	5,92	4.178.000	-3,94	4.704.402	12,60
Despesa Total	2.939.988	3.598.289	22,39	4.214.587	17,13	4.640.222	10,10	4.457.388	-3,94	5.018.991	12,60
Despesas Primárias (II)	2.434.328	3.237.759	33,00	3.824.758	18,13	3.996.871	4,50	3.839.386	-3,94	4.323.125	12,60
Resultado Primário (III) = (I - II)	224.865	230.260	2,40	281.349 22,19	22,19	352.502	25,29	338.613	-3,94	381.276	12,60
Resultado Nominal	6.112	98.147 1.505,82	1.505,82	-71.155 -172,50	-172,50	-74.357	4,50	-71.428	-3,94	-80.427	12,60
Dívida Pública Consolidada	2.430.337	2.266.884	-6,73	2.140.311 -5,58	-5,58	2.148.535		2.063.878	-3,94	2.323.914	12,60
Dívida Consolidada Líquida	2.277.781	1.870.285	-17,89	1.771.421	-5,29	1.925.411	8,69	1.849.546		2.082.577	12,60
Dívida Consolidada Líquida	2.277.781	1.870.2	85	1	-17,89	-17,89 1.771.421 -5,29	-17,89 1.771.421 -5,29 1.925	-17,89 1.771.421 -5,29 1.925.411 8,69	-17,89 1.771.421 -5,29 1.925.411 8,69	-17,89 1.771.421 -5,29 1.925.411 8,69 1.849.546 -3,94	-17,89 1.771.421 -5,29 1.925.411 8,69 1.849.546 -3,94

FONTE: LOA 2007 e 2008; SEFAZ-PI / Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais-COEFI e Unidade de Controle Contábil-UNICON.





**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** Demonstrativo IV - LRF, art.4º, §2º, inciso III , Portaria STN nº 577/2008 e Resolução TCE nº 1.604/2007

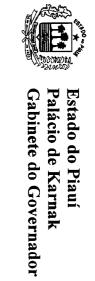
						<b>15</b> milnares
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	(786.051)	(100)	(712.224)	(100)	(761.109)	(100)
Reservas	1	ı	1	,	ı	ı
Resultado Acumulado	t	-			_	
TOTAL	(786.051)	(100)	(712.224) (100)	(100)	(761.109)	(100)

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

R\$ milhares

						Va IIIIII di es
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio	(1.487.098)	(100)	(56.355) (100)	(100)	(39.765)	(100)
Reservas	ı	•	ı	ı	1	ı
Acumulados	•		ı	,		ı
TOTAL	(1.487.098) (100)	(100)	(56.355) (100)	(100)	(39.765)	(100)
					,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	

FONTE: SEFAZ-PI / Unidade de Controle Contábil - UNICON - Balanços do Estado e SIAFEM Nota: as situações negativas se devem ao fato de os bens serem registrados pelos valores de aquisição.



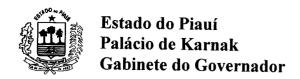
## ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS Demonstrativo V - LRF, art.4º, §2º, inciso III; Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

Alienação de Bens Imóveis 19.348,00	1.196.350,00 459.789,32	RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS 1.196.350,00 479.137,32 13.701	(a) (b) (c	2008 2007	
1	13.701.180,48	13.701.180,48	(c)	2006	R\$ 1,00

VALOR	SALDO FINANCEIRO (C	SAL DO ETHANCETOO	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Regime Geral de Previdência Social	DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	Amortização da Dívida	Inversões Financeiras	Investimentos	DESPESAS DE CAPITAL	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	DESPESAS EXECUTADAS	
156.030,59	(g) = ((a-d) + h)	2008		1	1	•	,	710.842,53	710.842,53	710.842,53	(d)	2008
(329.476,88)	(h) = ((b-e) + i)	2007	1	1	1		1	808.614,20	808.614,20	808.614,20	(e)	2007
•	(i) = $(c-f)$	2006		1	1			13./01.180,48	13.701.180,48	13.701.180,48	(f)	2006

FONTE: SEFAZ-PI / Unidade de Controle Contábil-UNICON / Demonstrativos da LRF.





## ANEXO II - METAS FISCAIS

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

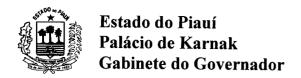
Demonstrativo VI - LRF, art.4°, §2°, inciso IV, alínea "a" - Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

R\$ 1,00

RECEITAS			K\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1	2006	2007	2008
RECEITAS CORRENTES			131.518.393,69
Receita de Contribuições dos Segurados	109.173.074,95		
Pessoal Civil	106.129.247,14		
Pessoal Militar	94.620.622,21		
Outras Receitas de Contribuições	11.508.624,93	· · · · · / · -	
Receita Patrimonial	1.342.070,66	,	
Receita de Serviços	1.440.065,43	98.683,63	958.788,51
Outras Receitas Correntes	261 601 72	3 777 000 40	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	261.691,72 238.465,58		
Demais Receitas Correntes	23.226,14	, ,	
RECEITAS DE CAPITAL	1.472,06		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	_::/2/00	1.373,00	234.246,21
Amortização de Empréstimos			224 246 21
Outras Receitas de Capital	1.472,06	1.575,00	234.246,21
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA		2.07.3700	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	199.358.316,43	223.438.502,76	249.949.904,34
RECEITAS CORRENTES	199.358.316,43	223.438.502,76	249.949.904,34
Receita de Contribuições Patronal	199.358.316,43		249.949.904,34
Pessoal Civil	199.358.316,43	223.438.502,76	249.949.904,34
Pessoal Militar	178.009.348,95	200.200.929,13	225.631.900,63
Para Cobertura de Déficit Atuarial	21.348.967,48	23.237.573,63	24.318.003,71
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	i		,
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	308.532.863,44	340 663 454 00	
	300.052.005,44	340.663.451,88	381.468.298,03
DESPESAS	2006	2007	2008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	642.392.386,43	565.019.284,27	696.128.138,37
ADMINISTRAÇÃO Despesas Correntes	1.477.664,74	39.367.625,77	
Despesas correntes  Despesas de Capital	1.374.443,44	39.261.147,18	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	103.221,30	106.478,59	181.435,00
Pessoal Civil	640.914.721,69	525.651.658,50	
Pessoal Militar	640.914.721,69	525.651.658,50	689.176.217,04
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			4.449.760,56
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			4.449.760,56
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (IV + V)	642.392.386,43	565.019.284,27	696.128.138,37
	-333.859.522,99	-224.355.832,39	-314.659.840,34
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2006	2007	2000
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	147.453.886,63		2008
Plano Financeiro	0,00	197.780.424,96	234.878.570,63
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	147.453.886,63	197.780.424,96	234.878.570,63
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	147.453.886,63	197.780.424,96	234.401.191,08
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	20 11 10 21 12 21,000
Outros Aportes para o RPPS  ESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			477.379,55
BENS E DIREITOS DO RPPS	2006	2007	2008
ANCOS CONTA MONTHERS	-		
ANCOS CONTA MOVIMENTO NVESTIMENTOS	320.692,60	22.081.478,58	9.580.262,36
UTROS BENS E DIREITOS	1.239.600,58	1.350.757,17	12.113.566,96
		l l	· ·

FONTE: SEFAZ-PI / Unidade de Controle Contábil-UNICON / Demonstrativos da LRF.





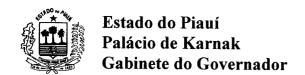
## PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Demonstrativo VI.1 - LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a;' Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANC DO
ANO		PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	
	(a)	(b)		EXERCICIO (d)
2009	341.425	769.436	(c) = (a-b) -428.011	= "d" exercício anterior
2010	341.531	760.852	-419.321	-428.011
2011	342.942	765.059	-419.321 -422.117	-847.332
2012	345.103	703.039		-1.269.449
2013	347.743	794.986	-432.359 -447.244	-1.701.808
2014	350.282	811.677	-447.244 -461.394	-2.149.051
2015	352.522	826.058	-461.394 -473.536	-2.610.446
2016	354.377	836.893	-482.515	-3.083.982
2017	356.117	846,768	-490.652	-3.566.497
2018	357.803	856,455	-498.652 -498.652	-4.057.149
2019	359.877	869.093	-509.216	-4.555.801
2020	362.195	884.030	-521.835	-5.065.016
2021	364.262	896.535	-521.833 -532.274	-5.586.851
2022	365.442	901.957	-536.515	-6.119.124 -6.655.639
2023	366.538	907.146	-540.609	-6.655.639 -7.196.248
2024	367.408	910.628	-543.220	-7.196.248 -7.739.468
2025	368.276	914.248	-545.971	-7.739.468 -8.285.439
2026	368.706	913.693	-544.988	-8.830.427
2027	368.785	910.456	-541.671	-9.372.098
2028	368.811	906.318	-537.508	-9.909.605
2029	369.625	907.340	-537.716	-10.447.321
2030	370,629	912.210	-541.581	-10.988.902
2031	370.917	913.021	-542.104	-11.531.005
2032	371.849	917.826	-545.977	-12.076.982
2033	372.009	919.092	-547.084	-12.624.066
2034	371.548	915.372	-543.824	-13.167.891
2035	371.594	913.665	-542.071	-13.709.962
2036	371.293	910.921	-539.628	-14.249.589
2037	371.384	911.165	-539.781	-14.789.370
2038	371.214	911.334	-540.120	-15.329.490
2039	371.715	916.462	-544.747	-15.874.237
2040	372.204	923.721	-551,516	-16.425.753
2041	371.759	926.576	-554.817	-16.980.570
2042	370.715	924.169	-553,454	-17.534.024

FONTE: IAPEP E PEM CAIXA DA GAPEV...





## Demonstrativo VII Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Art. 4º, § 2º, Inciso V da LC nº 101, de 04/05/2000)

## **MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

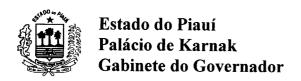
As desonerações fiscais decorrem essencialmente da política tributária implementada pelo Governo Estadual, consoante leis próprias e Convênios firmados com as demais Unidades Federadas, objetivando os seguintes pontos básicos: a proteção ao mercado interno de oferta de mercadorias, a ampliação da oferta de emprego e geração de renda.

Para formação da poupança interna, o Estado cria mecanismos tributários que visam atrair empresas obrigando-se, para tanto, a abdicar de parcela de receita potencial ou real. Por outro lado, outros compromissos decorrentes da política social do Governo precisam ser cumpridos dentro da execução orçamentária, fazendo-se necessário que se busque opções concretas de aumento de receitas tributárias que compensem as perdas verificadas em cada exercício.

Cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal são apresentados, a seguir, as medidas compensatórias da renúncia fiscal projetada, bem assim o seu impacto nas receitas do Estado estimadas para o exercício de 2010:

- a) Implantação do Sistema Corporativo: com o novo sistema de informática, os controles fiscais serão modernizados, a exemplo da instituição da Nota Fiscal Eletrônica e da Declaração de Informações Econômico-Fiscais-DIEF, bem como no que se refere ao acompanhamento em tempo real da arrecadação e do conta-corrente;
- b) **Revisão das margens de agregação**: adequação das margens de agregação fixadas na legislação tributária às mudanças de mercado;
- c) **Revisão de Benefícios Fiscais Comércio**: adequação da carga tributária incidente sobre mercadorias que estão em desarmonia com o mercado;
- d) **Ampliação da Substituição Tributária**: a Substituição Tributária vem se tornando um mecanismo seguro de recebimento de receitas; a inclusão de novas mercadorias com difícil perfil de ação fiscal, implicará em menor custo de fiscalização e agilizará o recebimento dessa receita;
- e) Ampliação da Antecipação Parcial do ICMS: a Antecipação Parcial representa uma modalidade importante de obtenção de receita sem implicar em impacto negativo para o contribuinte. Esta ampliação compreende a criação de um percentual adicional, ainda que de valor diminuto;
- f) Intensificar a Fiscalização Itinerante: importante instrumento de ação fiscal, a fiscalização itinerante tem como principais objetivos a educação fiscal e o conseqüente incremento da receita do ICMS. Serão mantidas 18 equipes

las



de agentes fazendários que terão como meta elevar em 20% a arrecadação direta;

- g) Aumentar em 20% o número de Contribuintes sob Ação Fiscal: este instrumento tem potencial elevado de arrecadação que tem se confirmado nas auditorias realizadas e será utilizado baseado em critérios técnicos tais como: atividade econômica, porte do contribuinte, bem como prática contumaz de irregularidades;
- h) Monitorar Contribuintes que utilizam o PED (Processamento Eletrônico de Dados) com emissão de Notas Fiscais: mais um poderoso instrumento de ação fiscal proporcionado pela modernização tecnológica em curso na Secretaria da Fazenda do Estado, que permitirá um controle mais efetivo das operações realizadas pelos contribuintes;
- i) Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED Fiscal):
   Outro instrumento de controle que contribuirá de forma efetiva no incremento das Receitas Tributárias.

## ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Demonstrativo VII - Art. 4°, § 2°, Inciso V da LC n° 101, de 04/05/2000

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/	RENÚNCIA I	DE RECEITA	PREVISTA	COMPENSAÇÃO
		BENEFICIÁRIO	2010	2011	2012	COMPENSAÇÃO
		AGRICULTURA E PECUÁRIA	25.009	26.259	27.572	
IMPOSTO	ICMS	INDÚSTRIA	100.036	105.038	110.290	Detalhamento abaixo
		COMÉRCIO	41.682	43.766	45.954	
	IPVA	Contribuintes Diversos	4.766	5.004	5.255	
TOTAL			171.493	180.068	189.071	-

Fonte: SEFAZ / COEFI / SIATI.

## **MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PARA 2010**

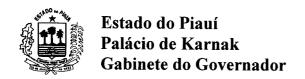
R\$ milhares

	R\$ milhares
ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÍNIMO
1.0 - Controles Administrativos	57.759
1.1 - Implantação do Sistema Corporativo ( SIAT )	57.759
2.0 - Administração Tributaria	75.577
2.1 - Revisão das Margens de Agregação	13.685
2.2 - Revisão de Benefícios Fiscais - Comércio	20.065
2.3 - Ampliação da Substituição Tributária do ICMS	18.744
2.4 - Ampliação da Antecipação Parcial do ICMS	23.083
3.0 - Ações de Fiscalização	38.157
3.1 - Intensificação da Fiscalização Itinerante	9.725
3.2 - Aumento do nº de Contribuintes sob Ação de Fiscalização 3.3 - Monitoramento de Contribuintes que utilizam o PED ( * ) - Sintegra e	21.521
Nota Fiscal Eletrônica	6.911
TOTAL	171.493

(\*) PED - Processamento Eletrônico de Dados

FONTE: SEFAZ-PI / Unidade de Administração Tributária-UNATRI





## Demonstrativo VIII Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Art. 4°, § 2°, Inciso V da LC n° 101, de 04/05/2000)

A estimativa da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado é requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, para assegurar que não haverá criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas estas como aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.

O artigo 17 da LRF, em seu caput, define como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. De outra parte, considera-se aumento permanente de receita aquele proveniente de elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF).

A presente estimativa está ancorada na ampliação da base de cálculo do ICMS e da Cota-Parte do FPE em 6,5% levou em consideração o crescimento real do Produto Interno Bruto-PIB do Estado, estimado em 3,50% para o período, e, especialmente, a implantação do Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT, que possibilitará a execução, o acompanhamento e o controle da ação fiscal e tributária via on-line, inclusive o monitoramento de empresas sob ação fiscal. Este poderoso e eficaz instrumento, em franca operacionalização no corrente ano, seguramente afetará muito positivamente a receita própria do Estado.

Assim, considerando-se algumas novas despesas específicas, a margem líquida de expansão estimada é da ordem de R\$ 21,54 milhões, conforme demonstrativo a seguir:

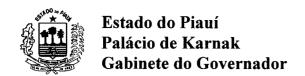
Demonstrativo VIII - LRF, art.4°, §2°, inciso V, Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

	R\$ 1,00
EVENTOS	VALOR PREVISTO - 2010
Aumento Permanente da Receita (*)	213.155.201
(-) Transferências Constitucionais	17.041.882
(-) Transferências ao FUNDEB	27.447.928
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	168.665.391
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	168.665.391
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	147.128.437
Impacto do aumento do Salário Mínimo	15.600.000
Reajsutes salariais / Promoções	50.000.000
Planos de Cargos, Carreiras e Salários	63.000.000
Novas contratações de Pessoal	15.000.000
Manutenção e custeio de novos equipamentos	3.528.437
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	21.536.954

FONTE: SEFAZ-PI / Coordenação de Estudos Econômico Fiscais-COEFI e SEAD-PI / Unidade de Gestão de Pessoas

Nota: (\*) ampliação da base de cálculo do ICMS e da Cota-Parte do FPE em 6,50%





## ANEXO III - RISCOS FISCAIS

## Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

(Art. 4°, § 3°, da LC n° 101, de 04/05/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais são a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos orçamentários referem-se a frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição da atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outros.

Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vincendas.

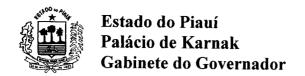
Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$ 42,30 milhões para o exercício de 2010, conforme demonstrativo que seque:

LRF, art.4°, §3°, Portaria STN Nº 577/2008 e Resolução TCE 1.604/2007

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Estiagem prolongada e enchentes	12.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contigência	18.000
Condenações Judiciais	300		
Pagamento de Juros da dívida maior que o orçado	30.000	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de despesas discricionárias	24.300
TOTAL	42.300	TOTAL	42.300

FONTE: SEFAZ-PI / Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais - COEFI





## **METAS ANUAIS**

(Art. 4°, § 1° e 2° da Lei Complementar n° 101/2000)

## METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários e podem ser alterados ao longo dos exercícios. Para muitos deles sequer se dispõe de metodologias seguras de estimativa e mensuração.

Em sendo assim, qualquer exercício de projeção de valores futuros de séries temporais deve ser, em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores estimados não devem ser interpretados como precisos, mas sim um dado em torno do qual pode-se estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

I - RECEITA FISCAL - Para 2010 foi apurada conforme metodologia descrita abaixo.

## a) Tributos

As projeções do ICMS, IPVA, ITCD e Taxas foram realizadas pela Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais – COEFI / Unidade de Administração Tributária - UNATRI da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, utilizando-se de premissas e de dados a seguir consignados.

O passado observado de séries temporais normalmente revela um padrão em termos de tendência e ciclos que permite a extrapolação para valores futuros. Em função do exposto acima, esta extrapolação não deve necessariamente produzir valores exatos de previsão. Entretanto, ela representa o que de melhor se pode inferir acerca do comportamento futuro de uma variável, mediante padrões revelados em seu passado, sem a necessidade de se lançar mão de todas as informações que um modelo de descrição completo do comportamento dos agentes econômicos requeriria.

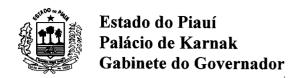
Assim sendo, utilizou-se a série histórica dos Tributos objeto de medidas de projeções.

Além do método citado, considerou-se, ainda, as metas de crescimento do IPCA e dos PIB estadual e nacional, o esforço fiscal da Fazenda Estadual, bem como a modernização tecnológica em implantação, que tem permitido um maior e melhor controle sobre a arrecadação do Estado.

## b) Transferências correntes

Relativamente às Transferências Correntes foram utilizados os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional como referenciais, e os indicadores do IPCA e PIB.





## c) Demais contas

Para as demais rubricas lançamos mão das informações nos encaminhadas oficialmente tanto pelos órgãos da Administração Direta quanto indireta, inclusive fundações e empresas; da análise das receitas realizadas e sobre os valores apurados foram aplicados o IPCA e o PIB estimados para cada exercício.

II - RESULTADO PRIMÁRIO - Diferença entre o total da receita e o total da despesa, excluídas, para ambos os casos, as parcelas relacionadas à dívida, aplicações financeiras, operações de crédito, amortizações de empréstimos e alienação de bens.

**III - RESULTADO NOMINAL** - Resultado primário, acrescidos juros recebidos e subtraídos os juros e encargos da dívida.

R



## Assembléia Legislativa

Sinanças
07 05 09
Cloaofs

Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação

MENSAGEM Nº 14/GG, de 24.04.2009 Projeto de Lei nº 10, de 24.04.2009

Autor/Origem: Poder Executivo Relator: Deputado Ismar Marques AL Nº 874/09, de 29.04.2009

> Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010.

Nos termos regimentais, apresentamos ao Projeto de Lei (LDO) supra, a seguinte

## **EMENDA ADITIVA**

Inclua-se na LDO, no  $ANEXO\ I-METAS\ E\ PRIORIDADES\ do\ Governo,\ o$  seguinte:

- CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DOS MILAGRES (no Rio São Nicolau), no municipio de Santa Cruz dos Milagres;
- CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO CASTELO (no Rio Poty), no municipio de Juazeiro do Piauí;
- Recuperação e Reconstrução da Estrada de Ferro ALTOS/LUIZ CORREIA.

## Justificativa:

As Barragens visam regularizar a vazão dos respectivos rios, principalmente nos períodos de chuyas intensas, evitando prejuízos, por inundações, aos pequenos produtores agrícolas das margens.

M. PROVADO A UNANDALIA DIAS	OMISSÕES TÉCNICAS, em 21 de maio de 2009
In W	Roliau Matins
Presidente da Comissão de	Dep. Estadual - 3133-3127
	malon
Av. Wai. Gastele Branco, s/nº 1	Cabral – Teresina – Pl cep. 64000-810

Fone: (86) 3133-3127 AAA

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

## PROJETO DE LEI nº 14/10

ASSUNTO: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências.

**AUTOR: GOVERNO DO ESTADO** 

**RELATOR: DEP. ANTÔNIO UCHÔA (PDT)** 

## I-RELATÓRIO

O Projeto de Lei no 14/10 de 2009 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, foi encaminhado pelo Governador do Estado do Piauí, por intermédio da Mensagem no 14/GG, em cumprimento ao disposto no art. 178, inciso II, § 2º da Constituição Estadual, combinado o art. 9º da Lei Complementar nº. 05, de 12 de julho de 1991, e art. 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade Fiscal) foi remetido à Comissão Fiscalização a Controle, Finanças Tributação, na forma regimental dos arts. 34, IV, "a", 61, 139 e 140-c/c o art. 179, parágrafo 1º da Constituição Estadual/88 para análise e parecer.

A apreciação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias – PLDO, pela Assembléia Legislativa, envolve a discussão e o aperfeiçoamento de instrumentos que moldam a peça orçamentária aos objetivos e programas delineados no Plano Plurianual – PPA, orientam a elaboração da proposta orçamentária e definem controles para a execução do orçamento, necessários para garantir a eficácia das diretrizes e metas definidas.

A lei de diretrizes orçamentárias - LDO, é lei de caráter transitório e válida apenas para o exercício a que se refere, dispõe sobre um conjunto de regras que tratam de execução orçamentária e financeira e da respectiva fiscalização, em situações não previstas pela Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Essa situação, que deve perdurar enquanto não aprovada a lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal/88, o que acarreta diversas dificuldades, pois regras que disciplinam situações recorrentes, seja da elaboração orçamentária, seja da execução e fiscalização, têm vigência apenas no exercício de eficácia da LDO.

## II - ANÁLISE

Procuramos efetuar minuciosa avaliação da Proposta apresentada pelo Poder Executivo, tendo sempre em vista as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. Em nossa análise, procuramos aproveitar ao máximo as proposições formuladas pelos parlamentares, visando sempre o aperfeiçoamento deste instrumento legal.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2010 compreende os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas controladas pelo Estado, prioriza objetivo e metas definidos no Plano Plurianual para o período 2008-2011, conforme revisão prevista para o corrente ano. A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal.

Observa-se que o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010 seguiu as normas estabelecidas na Lei complementar nº 05, de 12 de julho de 1991, e fixou o dia 20 de agosto de 2009 para que os Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público apresentem suas propostas orçamentárias à Secretaria de Planejamento, observando os limites e percentuais da Receita Liquida de Impostos e Transferências – RLIT, para a consolidação do Orçamento do Estado.

A Receita Liquida de Impostos e Transferências — RLIT é composta pelo somatório das Receitas de impostos Estaduais (ICMS, IPVA e ITCD) acrescidas das Transferências Constitucionais da União (FPE, IRRF, ICMS Desoneração — LC 87/96 e IPI Exportação) e da Receita da Divida Ativa Tributária do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação — FU NDEB.

O Orçamento Geral do Estado obedecerá ao princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, segundo o qual a despesa fixada é igual à receita estimada. A Secretaria do Planejamento estabelecerá, em conformidade com esta lei, os códigos a serem utilizados, bem como as normas operacionais a serem respeitadas no processo de elaboração da proposta orçamentária de 2010.

Os percentuais permanecem os mesmos deste ano, quais sejam: I - Poder Legislativo – 7,63% (sete vírgula sessenta e três por cento), sendo 5,96% (cinco vírgula noventa e seis por cento) para a Assembléia Legislativa; 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) para o Tribunal de Contas. II – Poder Judiciário - 7,88% (sete vírgula oitenta e oito por cento). III – Ministério Público – 2,71% (dois vírgula setenta e um).

Com efeito, fundamentado no § 5º do art. 117 do Regimento Interno foi acrescentado ao Projeto de Lei uma Emenda Aditiva de que incluiu no Anexo I da LDO a construção da Barragem dos Milagres (Rio São Nicolau) no município de Santa Cruz dos Milagres; a construção da Barragem de Castelo (Rio Poty)

no município de Juazeiro do Piauí e a recuperação/reconstrução da estrada de ferro que interliga Altos a Luiz Correia.

## III. VOTO DO RELATOR

Por todas as razões e análises apresentadas neste Relatório, votamos pela aprovação, contemplando à Emenda Aditiva, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2010 (Projeto de Lei nº 14/2010), que ora submetemos à elevada consideração dos ilustres Pares.

Sala da/Comissão Técnicas, em 14 de julho de 2009.

ANTÔNIO UCHÔ

Presidente da Comissão de

UNANIMIUADE

Finanças e Tribu



## Assembléia Legislativa

03/02/2010

Ver Augit. de folkas coloridas

Ver padrão de formeto plo ano: reisa 2 últi:

mes nês ou ano completo lores. 0110 ou 01 2010

(No Dir. Geg com D. Conceigai Sampaio)

(No Dir hei aparece mensagem: "undefined"